

DSFEAE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(BRASIL VERSUS CABO VERDE)**

VANILDA JESUS MONTEIRO DUARTE

FORTALEZA, JULHO, 1999

85FEAG

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(BRASIL VERSUS CABO VERDE)**

VANILDA JESUS MONTEIRO DUARTE

Orientadora: Jeanne Marguerite Molina Moreira

Monografia apresentada à Faculdade de Economia,
Administração, Atuária, Contabilidade e
Secretariado para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

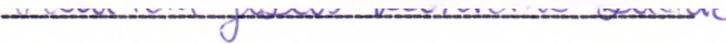
FORTALEZA -CE

1999

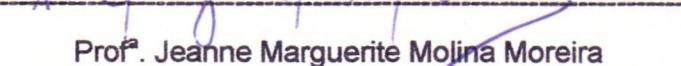
Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

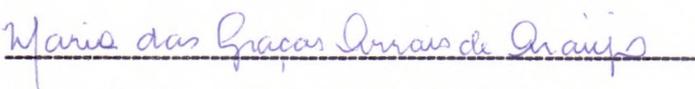
Média


Vanilda Jesus Monteiro Duarte

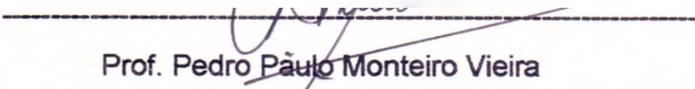
Nota


Prof.ª Jeanne Marguerite Molina Moreira
Prof.ª Orientadora

Nota


Prof.ª Maria das Graças Arrais de Araújo
Membro da Banca Examinadora

Nota


Prof. Pedro Paulo Monteiro Vieira
Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em 21 de julho de 1999

AGRADECIMENTOS



A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

À Professora Jeanne pela sua dedicação na realização deste trabalho, que sem a sua ajuda não teria sido concretizado.

Aos meus pais, Samuel e Albertina que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

Aos professores Graça e Pedro Paulo por fazerem parte da banca examinadora. Aos demais professores e funcionários da Faculdade.

Aos meus irmãos, Nélida, Hamide, Helder, Edson e Suelene pela dedicação e apoio.

Aos meus amigos Ana Paula, Denise, Dirce, Fabrizia, Fernanda, Guido, Hélio, José, Olga, Paulo, Vanda pelo incentivo e apoio durante a realização do trabalho.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na realização desta monografia.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	I
SUMÁRIO	II
RESUMO	III
1 .INTRODUÇÃO	1
2. DADOS GERAIS SOBRE O BRASIL	3
2.1 Território e Recursos	3
2.2 Clima	4
2.3 Recursos naturais	4
2.4 População	5
2.5 Características Populacionais	5
2.6 Divisões Políticas	5
2.7 Religião	6
2.8 Língua	6
2.9 Cultura	6
2.10 Economia	7
2.11 Agricultura	7
2.12 Recursos Florestais e Pesca	8
2.13 Mineração	8
2.14 Manufatura	9
2.15 Moeda e Bancos	9
2.16 Comércio	10
2.17 Transportes	10
2.18 Governo	11
2.19 Partidos Políticos	11
3. DADOS GERAIS SOBRE CABO VERDE	12
3.1 Território e Recursos	12
3.2 População	12
3.3 Economia	13
3.4 Governo	14
3.5 História	14
4. POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES	16
4.1 Postulados:	16
4.1.1 da Entidade Contábil	16
4.1.2 de Continuidade	16
4.2 Princípio:	16
4.2.1 da Entidade	17
4.2.2 da Continuidade	18
4.2.3 da Oportunidade	18
4.2.4 do Registro pelo Valor Original	19
4.2.5 da Atualização Monetária	19
4.2.6 da Competência	20
4.2.7 de Prudência	21

4.3 Convenções	21
4.3.1 Convenção da Objetividade	21
4.3.2 Convenção da Materialidade	22
4.3.3 Convenção da Consistência	22
4.3.4 Convenção do Conservadorismo	22
5. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS	23
5.1 Balanço Patrimonial	24
5.2 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	29
5.3 Demonstração do Resultado do Exercício	30
5.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	31
6. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CABOVERDIANAS	34
6.1 Balanço	35
6.2 Demonstração de Resultado Líquido	36
7. TÉCNICAS DE ANÁLISE	40
7.1 Índice de Liquidez	42
7.2 Índice de Estrutura de Capitais	43
7.3 Índice de Rentabilidade	44
7.4 Análise Vertical e Horizontal	45
8. CONCLUSÃO	47
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	48
10. ANEXOS	

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa das Demonstrações Financeiras do Brasil e de Cabo Verde. A escolha do tema foi motivada pela necessidade de adaptação e aplicabilidade do que se estuda e pratica no Brasil e para pôr em prática em Cabo Verde. Inicialmente, abordou-se alguns dados gerais dos dois países, tais como: a localização, a população, os recursos naturais, a conjuntura econômica e política, o clima, entre outros. Em seguida, fez-se um breve comentário sobre os Postulados, os Princípios Fundamentais de Contabilidade de acordo com a Resolução do C.F.C nº 750, de 29 de dezembro de 1993, e as Convenções ou Restrições. Posteriormente, foram analisadas as legislações pertinentes e cabíveis dos dois países, com intuito de uma melhor comparabilidade. E por último, apresentou-se algumas técnicas de análise, através dos Índices de Liquidez, de Rentabilidade, de Estrutura de Capitais e Análise Vertical e Horizontal. Conclui-se que as Demonstrações Financeiras dos dois países são, em muitos pontos, semelhantes, embora com algumas diferenças, tanto a nível de nomenclatura das contas como na estrutura gráfica de algumas demonstrações. Não foi feita uma comparação através dos Índices ou através da Análise Vertical ou Horizontal, dado que a realidade dos dois países é completamente diferente, e principalmente pela diferenciação na unidade monetária, ou seja, na moeda.

INTRODUÇÃO

A necessidade de analisar Demonstrações Financeiras é pelo menos tão antigo quanto a própria origem das demonstrações. Quando a contabilidade se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o “analista”, empiricamente, se preocupava em anotar as Variações Quantitativas e Qualitativas dos vários componentes de bens incluídos em seu inventário. É bem possível que já se realizassem algum tipo de *Análise Vertical* ou *Horizontal*.

A importância da moderna Análise de Balanço é notada desde da segunda metade do século passado. Os banqueiros foram os percursores pela popularização de Análise de Balanço, através de quocientes. É prática relativamente comum os banqueiros analisarem o relacionamento entre os valores a receber e os valores a pagar de cada empreendimento, a quanto da determinação, com mais precisão, o risco envolvido na concessão de empréstimos à entidades.

Com o surgimento dos bancos governamentais de desenvolvimento, regionais ou nacionais, deu grande impulso à Análise de Balanço, pois os bancos normalmente o exigem como forma de avaliação dos projetos de financiamento.

Análise de Balanço é o “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo, das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação financeira e patrimonial das entidades.”(Neves; Viceconti, 1995, p.551)

Tem como objetivo o fornecimento de informações numéricas de dois períodos ou mais, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, governo e instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a real situação de empresa ou para tomar decisões.

Vale ressaltar que a análise de Balanço não se restringe apenas ao Balanço Patrimonial mas sim, a todos os demonstrativos que são elaborados pelas empresas.

Ela é importante tanto para os investidores em geral como para os credores, agências governamentais, acionistas e principalmente para a própria gerência interna da

empresa. Através dela a administração poderá determinar a percentagem da disponibilidade sobre o ativo global, a taxa de retorno sobre o investimento, etc. e por outro lado, a gerência estará sempre atenta ao desempenho da empresa com relação aos seus concorrentes.

Atualmente, com a nova conjuntura econômica e com a própria globalização, a análise das Demonstrações Financeiras tomou-se um auxílio fundamental para todos os seus usuários, principalmente para os investidores estrangeiros.

Numa economia bastante desenvolvida, um dos motivos que levam o investidor a adquirir ações de uma ou outra empresa reside nos resultados da análise realizada com relação as demonstrações das empresas, visando a avaliação das expectativas do empreendimento. Quanto mais desenvolvido a economia, por conseguinte o país, mais se realça a necessidade da Análise Financeira e Contábil.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa das Demonstrações Financeiras do Brasil e de Cabo Verde. A escolha desses dois países se deve a nacionalidade da autora, cabo-verdiana, e também pela necessidade de adaptação e aplicabilidade do que se estuda e pratica no Brasil e para pôr em prática em Cabo Verde. Dando ênfase a importância de uma uniformidade entre a contabilidade dos diferentes países, perante a globalização.

Ao longo do trabalho são apresentados dados gerais dos dois países, como: localização, população, conjuntura econômica e política, dentre outros.

Em seguida, fez-se um breve comentário sobre os Postulados, os Princípios Fundamentais de Contabilidade de acordo com a Resolução do C.F.C nº 750, de 29 de dezembro de 1993, e as Convenções ou Restrições.

Posteriormente, foram analisados as legislações pertinentes e cabíveis dos dois países, com o intuito de uma melhor comparabilidade.

E por último, apresentou-se algumas técnicas de análise, tais como: Índice de Liquidez, de Estrutura de Capitais, de Rentabilidade e Análise Vertical e Horizontal. E para complementar, apresento-se um exemplo das Demonstrações Financeiras de uma empresa brasileira e uma empresa cabo-verdiana, como anexo.

2.Dados Gerais sobre o Brasil

Brasil, República Federal, o maior país na América do Sul, ocupa quase metade da área total do continente. Faz fronteira ao Norte com a Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa; no leste com o Oceano Atlântico; no sul com a Argentina e Uruguai, no Oeste com o Paraguai, a Bolívia e Peru; e no Noroeste com a Colômbia. A república faz fronteira com todos os países da América do Sul, à exceção do Chile e Equador. O Brasil é o quinto maior país do mundo (depois da Rússia, China, Canadá e Estados Unidos). A área total do Brasil é de 8,511,965 km². A maior distância entre Norte e Sul é de cerca de 4350 km, e a maior distância Leste-Oeste de cerca de 4330 km. A maior parte da população do Brasil vive perto do Oceano Atlântico, de se destacar grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, mas a capital fica no interior do país, em Brasília. O país, anteriormente uma colônia portuguesa, é o maior produtor de café, e possui grandes recursos minerais; a exploração de muitos destes recursos intensificou-se nos anos 80.

2.1 Território e Recursos Naturais

Uma vasta região montanhosa, conhecida como *plateau* brasileiro, e a bacia do rio Amazonas são as características geográficas do Brasil. O plateau é um planalto erodido ocupando a maior parte da região Sudeste do país. Com uma elevação média de cerca de 300 a 900 m, este planalto é irregularmente cortado por cadeias montanhosas e seccionado por numerosos vales com rios. A sua extremidade ao Sudeste, geralmente paralela à costa, emerge abruptamente do oceano em várias áreas, particularmente ao Norte da latitude 10^o Sul e ao Sul da latitude 20^o Sul. Entre as principais cadeias do plateau brasileiro estão a Serra da Mantiqueira, a Serra do Mar e a Serra Geral. As elevações nesta e em outras cadeias têm em média menos de 1200 m, mas muitas das cadeias possuem picos, incluindo o Pico da Bandeira (2890m), na Serra da Mantiqueira, e Pedra Açu (2232m), na Serra do Mar. Grande parte do terreno não montanhoso consiste de pradarias (campos), e extensas regiões são arborizadas.

A bacia do Amazonas é outra área montanhosa, parte da elevação conhecida como Terras Altas da Guiana; cadeias incluem a serra Tumucumaque, com elevações de até 850m, a Serra Acaraí (elevação máxima, cerca de 600 m), e a Serra Parima (elevação máxima, cerca de 1500 m). O Pico da Neblina (3014 m), na fronteira com a Venezuela, é o ponto mais alto do Brasil.

A costa Brasileira, com uma extensão total de cerca de 7490 m, possui contornos naturais singulares, particularmente ao Norte, mas algumas regiões profundas oferecem excelentes portos naturais. De especial menção são os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. À exceção de zonas onde o plateau Brasileiro se projeta dentro do Oceano Atlântico, a costa é rodeada por águas pouco profundas.

2.2 Clima

As condições climáticas no Brasil variam de tropical a subtemperado. As temperaturas médias variam em Belém (perto da foz do Amazonas) de 22° a 31° C tanto em Janeiro como em Julho. A variação média no Rio de Janeiro na costa tropical Este é de 23° a 29° C em Janeiro e de 17° a 24° C em Julho. A precipitação anual média em Belém é de 2440 mm, e no Rio de Janeiro é de 1090 mm. As condições tropicais dominam também na maior parte da costa ao longo do Trópico de Capricórnio, mas os ventos oceânicos exercem um efeito moderador nas altas temperaturas e umidade. A queda de chuva anual nesta parte da zona costeira varia entre 1000 e 3000 mm. Na região costeira ao Sul do Trópico de Capricórnio, as condições climáticas são marcadas por acentuadas variações. No Inverno, as temperaturas baixas de até -6° C são registradas ocasionalmente no extremo Sul, e geadas são comuns na região. A precipitação média é de menos de 1000 mm anuais na parte Sul da região costeira. Nas terras altas do Leste central brasileiro o clima é subtropical, mas por causa das grandes altitudes, ocorrem variações acentuadas de temperatura durante o dia, e as noites são frias. Esta região é freqüentemente sujeita a secas severas. Nas terras altas do Sul e Oeste, as precipitações variam de adequadas a abundantes. As temperaturas variam entre subtropical e temperado nas terras altas do Sudeste, que é a região com maior densidade populacional do país.

2.3 Recursos Naturais

Embora a área de cultivo seja apenas de 7% da área total do país, o Brasil é um país agrário importante. Possui imensas reservas de madeira, com áreas florestais cobrindo cerca de 5.7 milhões de km quadrados. Recursos minerais são extensos, incluindo quartzo, diamantes industriais, crômio, minério de ferro, fosfatos, carvão, manganês, petróleo, mica, grafite, titânio, cobre, ouro, bauxita, zinco, e mercúrio.

2.4 População

Quatro grandes grupos formam a população brasileira: americanos nativos, que vivem principalmente nas zonas fronteiriças no Norte e Oeste; os portugueses, cujos ancestrais iniciaram a colonização do país no século XIV; africanos, cujos ancestrais foram trazidos ao Brasil como escravos; e vários grupos emigrantes europeus e asiáticos que chegaram ao país no começo do século XIX. Os europeus descendem principalmente de portugueses, italianos e espanhóis, e perfazem 54% da população. Cerca de 39% são mulatos, que possuem ancestrais africanos e europeus, ou mestiços, que possuem herança europeia e americana nativa. Cerca de 6% são mistura de africanos e americanos nativos e 1% são asiáticos. Aqueles cujos ancestrais são totalmente americanos nativos constituem cerca de 0.2% da população.

2.5 Características Populacionais

A população do Brasil era de 146,154,502 no censo de 1991. Em 1995 estimavam-se 161,382,000, dando ao país uma densidade populacional de 19 pessoas por km². Cerca de 79% da população do Brasil vive em até 320 km da costa atlântica.

2.6 Divisões Políticas

O Brasil é composto de 26 estados e o Distrito Federal. Os estados, em ordem decrescente de população, são São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Ceará, Pará, Maranhão, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Espírito Santo, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá, e Roraima. O Distrito Federal inclui Brasília, que substituiu o Rio de Janeiro como a capital nacional em 1960.

A maior cidade é São Paulo, centro da indústria brasileira, com uma população (1991) de 9,480,427. Outras cidades importantes (com populações referentes a 1991) incluem o Rio de Janeiro, a antiga capital do país e centro comercial (5,336,179); Salvador, localizada em uma região agrícola fértil (2,056,013), Belo Horizonte, centro da região de cultivo de algodão (2,048,861); Brasília, a capital (1,596,274); Recife, a principal

cidade comercial do Nordeste (1,290,189); Curitiba (1,290,142); Porto Alegre, (1,262,631); Belém (1,246,435); e Manaus (1,010,558).

2.7 Religião

Cerca de 89% dos habitantes do Brasil são Católicos Romanos. Muitos católicos combinam culto a entidades africanas com práticas cristãs. Os mais importantes destes são os que praticam o Candomblé, cujos aderentes podem ser achados em sua maior parte no estado da Bahia. Também existem cerca de 9.7 milhões de protestantes, incluindo Luteranos, Metodistas e Episcopalianos, e uma pequena comunidade de judeus. A maior parte dos americanos nativos segue religiões tradicionais. A separação Igreja/Estado é formal e completa.

2.8 Língua

O Português é a língua oficial do Brasil, embora os brasileiros tenham adotado muitas palavras e frases de línguas nativas e estrangeiras. Alemão e Italiano são falados por muitos brasileiros, especialmente em cidades do Sul.

2.9 Cultura

A cultura do Brasil moderno foi formada por uma rica variedade de tradições étnicas. Os primeiros colonizadores portugueses emprestaram muitos hábitos e palavras da população nativa original. Durante o período colonial milhões de escravos africanos foram trazidos para o Brasil, e adicionaram elementos africanos à vida cultural brasileira; os seus rituais religiosos misturaram-se com o Catolicismo Romano para formar ritos afro-brasileiros singulares, notáveis pelas suas cerimônias exóticas. O mais influente destes cultos é o Candomblé.

Mesmo assim, o Brasil é predominantemente influenciado pela cultura Européia, formada essencialmente pelos portugueses, italianos, alemães e espanhóis. Estas origens européias são as bases da vida familiar brasileira, que é uma estrutura rígida e patriarcal que permeia todas as áreas da vida brasileira.

2.10 Economia

Antes uma nação predominantemente agrícola, o Brasil passou por um rápido crescimento industrial nos anos 60 e 70, até que nos anos 80 possuía uma economia diversificada e moderna. Grandes quantidades de ouro e carvão são mineradas, e a saída de aço, químicos e motores de veículos aumentou substancialmente. Ao mesmo tempo, a inflação crônica e uma dívida externa de cerca de US\$119 bilhões – apenas menor que o México entre as nações em desenvolvimento – colocou sérios problemas econômicos. No princípio dos anos 90 a balança comercial anual incluía cerca de US\$113 bilhões em saldo positivo e US\$109 bilhões em saldo negativo. O débito do país foi reestruturado e reduzido em Abril de 1994 em um acordo com os bancos credores. O produto interno público (PIB) em 1994 foi de US\$639.5 bilhões.

2.11 Agricultura

Cerca de um quarto da produção mundial de café é cultivada em plantações de São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais. A produção anual de café no princípio dos anos 90 era de cerca de 1.3 milhões de toneladas, sendo grande parte exportada. O Brasil é também o maior exportador de suco de laranja concentrado, produzido de uma colheita anual de 19.6 milhões de toneladas. O país é o segundo maior exportador de soja (19.2 milhões de toneladas). O Brasil foi por muito tempo um líder mundial em produção de cacau, desde 1700. A indústria de cacau do país começou a diminuir no princípio dos anos 90, quando os donos de plantações lutavam contra secas e doenças nas plantações, e falhavam em investir em técnicas de produção modernas que aumentavam a produção de cacau em outros países. De 1990 a 1995 o Brasil caiu da primeira para a terceira posição na produção mundial de cacau – atrás da Costa do Marfim e Indonésia – e aproximadamente 150,000 trabalhadores das plantações perderam o emprego. Um colheita anual de cana-de-açúcar de 270.7 milhões de toneladas é usada para produzir açúcar refinado e álcool. Outras culturas importantes são milho, castanha de caju, tabaco, batatas, algodão, arroz, trigo, mandioca e bananas.

A produção pecuária tem lugar em quase todas as partes do país, particularmente em São Paulo e outros estados do Sul, e a produção de carne é um componente importante na economias agrícolas do país. No princípio dos anos 90 haviam 153

milhões de vacas, 34 milhões de porcos, 20 milhões de ovelhas e 12 milhões de cabras. Cavalos, burros e mulas atingiam quase 10 milhões

2.12 Recursos Florestais e Pesca

Os produtos de valor nas florestas brasileiras incluem borracha, cera de carnaúba, folhas medicinais, óleos vegetais, resinas, nozes, e madeiras. Importantes reservas de madeira incluem o pinho do Paraná, o mais importante comercialmente, e a árvore de pimenta. A indústria da madeira desenvolveu-se rapidamente durante os anos 70 e 80 ao passo da liberação de áreas florestais para exploração.

Para além disso, as florestas brasileiras são uma fonte potencial para a confecção e produtos farmacêuticos.

A indústria da pesca, embora dificultada no princípio por causa da falta de capital, instalações de armazenamento e outros problemas, cresceu significativamente nos anos 70. No princípio dos anos 90 a captura era de cerca de 800,000 toneladas anuais, incluindo lagosta, camarão e sardinhas.

2.13 Mineração

Os recursos minerais no Brasil são grandes, e aumentaram rapidamente assim que o capital e recursos de transporte adequados se tornaram disponíveis nos anos 70. O carvão é minerado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros lugares. Uma corrida ao ouro na floresta amazônica, que não diminuiu desde 1979, fez do Brasil um dos maiores produtores a nível mundial. Os depósitos de ouro do país, em Itabira e outros lugares, estão entre os mais ricos do mundo. A quantidade de minério de ouro era de cerca de 213 milhões de toneladas no princípio dos anos 90, fazendo do Brasil o segundo maior produtor mundial. O governo abriu depósitos em Carajás para extração, com reservas estimadas em 35 bilhões de toneladas. Ricos depósitos de estanho fizeram do Brasil um dos principais produtores do metal. Cristais de quartzo, dos quais o Brasil é o único a possuir quantidades comerciais, monazita e berílio são também grandes produtos de exportação. Manganês, diamantes industriais, cromo, zircônio, crude, gás natural, prata,

bauxita e mica são produzidos em quantidades consideráveis. São explorados também depósitos valiosos de magnesita, grafite, titânio, cobre e zinco.

Embora o Brasil produza quantidades significativas de petróleo, ainda importava mais de metade das suas necessidades em 1995. Reservas de petróleo no alto mar, grandes e inexploradas, provaram ser caras para exploração por parte do estado, levando o Brasil a procurar investimento externo para a indústria. Mais de quarenta anos de monopólio do estado na indústria do petróleo terminaram em 1995, quando uma emenda constitucional foi aprovada permitindo que companhias procurassem e produzissem petróleo no Brasil. O governo levou a cabo a privatização da indústria, mas de forma que a fatia de exploração não ficasse abaixo de 50%.

2.14 Manufatura

As indústrias de manufatura do Brasil produzem uma vasta gama de produtos. No princípio dos anos 90 as principais indústrias eram de maquinário e equipamento de transporte, processamento de alimentos, têxteis e roupas, e químicos. São Paulo é o principal estado industrial, com fábricas produzindo cerca de um terço da quantidade total de produtos manufaturados no Brasil; as cidade do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza são também grandes centros de manufatura.

2.15 Moeda e Bancos

A moeda é o Real, introduzido em Julho de 1994 para substituir o Cruzeiro Real. O Banco Central, sediado em Brasília, é o único a emitir a moeda. Outras instituições bancárias importantes incluem o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os brasileiros também são servidos por outros bancos privados e estatais.

2.16 Comércio

Em 1993 o Brasil gastou cerca de US\$33.2 bilhões em importação de mercadorias, enquanto que as exportações totalizaram cerca de US\$43.6 bilhões. Os principais compradores de produtos brasileiros no princípio dos anos 90 eram os Estados Unidos (cerca de 20% do total das exportações), Japão, os Países Baixos, Alemanha, Argentina, Itália, Bélgica e Luxemburgo, e Grã-Bretanha. Os principais produtos de exportação são o minério de ferro, soja, suco de laranja, calçados, café e peças para motores de veículos. O Brasil é membro de dois blocos de comércio internacional: o Cone Sul (MERCOSUR), formado em 1995, que reduz tarifas de comércio entre o Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; a Associação de Integração Latino-Americana, que trabalha para integrar as economias dos membros da associação, que incluem a maior parte dos países da América do Sul, além do México.

Os Estados Unidos substituíram a Alemanha como a principal fonte de importação no início da Segunda Guerra Mundial, e continuam até hoje. Alemanha, Argentina, Arábia Saudita e Japão foram também importantes fornecedores no princípio dos anos 90. As importações mais importantes incluem crude e petróleo refinado, maquinário, equipamentos de transporte, químicos e metais.

2.17 Transportes

O sistema ferroviário do Brasil consiste de cerca de 30,133 km de linhas, principalmente no Sul da Bahia. A principal estrada de ferro é a Corporação Ferroviária Federal, que opera em 12 redes ferroviárias regionais. As estradas de ferro do país são usadas principalmente para transportar carga.

Estradas e auto-estradas, concentradas nas regiões Norte e Sul do país, eram estimadas em 1,670,000 km no princípio dos anos 90; menos de 10% das estradas são pavimentadas. Um sistema de auto-estradas nacional de cerca de 63,000 km, conectando todas as partes do país, está sendo construído, como por exemplo a Trans-Amazônica, uma artéria ligando regiões isoladas do Brasil e Peru. Vias fluviais, totalizando 43,000 km, constituídas principalmente do Amazonas e seus afluentes, conecta o Brasil com outros países sul-americanos e fornece meios importantes de transporte dentro do país. Dentro de muitas áreas da bacia amazônica, vias fluviais são o principal meio de transporte. Mais



de 40 portos servem ao comércio nacional e internacional. Os portos principais são os de Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Recife e Vitória.

Linhas aéreas domésticas existem em grande número, e muitos sistemas de transporte internacional ligam o país a vários pontos do mundo.

2.18 Governo

O Brasil é uma República Constitucional de 26 estados federados e um distrito federal. A atual Constituição foi promulgada em Outubro de 1988, substituindo um documento de 1969. Os estados da federação possuem seus próprios governos, com poderes em todas as áreas que não dizem respeito diretamente à união.

A constituição de 1988 aboliu a Lei de Segurança Social, que vinha sendo usada para aumentar dissidências políticas; tornou ilegal a tortura; garante várias formas de plebiscitos populares, iniciativas e referendos; proíbe virtualmente todas as formas de censura; garante direitos de privacidade; e estende o direito à greve a todos os trabalhadores. Os militares conservam o direito de intervir no sistema político para preservar a lei e a ordem.

2.19 Partidos Políticos

Em Novembro de 1979 o Congresso demitiu os dois partidos políticos existentes, ambos criados em 1965. No clima político mais liberal de 1980 mais de três dúzias de partidos políticos novos foram formados, incluindo o Movimento Democrático Brasileiro e a Frente Liberal, e, entre os partidos de oposição, o Partido Social Democrático e o Partido Comunista Brasileiro (renomeado para Partido Socialista Popular em 1992).

3.Dados Gerais sobre Cabo Verde

Cabo Verde, república compreendendo as ilhas de Cabo Verde, no Oceano Atlântico (cujo nome se deve ao fato de estarem a Oeste do ponto mais setentrional de África, Cabo Verde). O arquipélago consiste de dez ilhas e cinco ilhéus, que estão divididos em dois grupos, Barlavento e Sotavento. Barlavento, no norte, inclui Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boa Vista; Sotavento, no sul inclui Santiago, Brava, Fogo e Maio. Cabo Verde tem uma área de aproximadamente 4033 km².

3.1 Território e Recursos Naturais

As ilhas são de origem vulcânica, e todas, à exceção de três - Sal, Boa Vista e Maio - são montanhosas. O ponto mais alto, Pico do Cano (2829 m) no Fogo, é o único vulcão ativo do grupo. O clima é tropical e seco, mostrando pouca variação ao longo do ano. A temperatura média na capital, Praia, em Santiago, varia de 20° a 25° C em Janeiro e de 24° a 28° C em Julho. Ventos são freqüentes, ocasionalmente carregando nuvens de areia do Deserto do Saara, na África, para o leste. Precipitação é breve e irregular, e as ilhas são sujeitas à seca. A precipitação média em Praia é de 260 mm, quase toda caindo de Agosto a Setembro. A vegetação é esparsa e consiste de arbustos, aloés e outras espécies resistentes à seca. A vida selvagem também é limitada e inclui lagartos, macacos, cabras selvagens e uma variedade de aves. Recursos minerais são escassos e primariamente inclui pozolana (uma rocha vulcânica usada na confecção de cimento) e sal.

3.2 População

Mais de dois terços da população de Cabo Verde é uma mistura de ancestrais Africanos e Europeus e são conhecidos por Crioulos, ou *mestiços*. Quase todo o resto é de ancestrais Africanos. A língua oficial é o Português; a língua nacional, no entanto, é o Crioulo, um dialeto Crioulo do Português arcaico incorporando muitos elementos africanos. O Catolicismo Romano é a religião dominante. Estima-se que cerca de 28% da população é alfabetizada (dados de 1998). O censo de 1990 calculou uma população de 341,491; a população estimada para 1995 era de 419,000, dando ao país uma densidade populacional de 104 pessoas por km². Por ser Cabo Verde pobre em recursos naturais e sofrer de secas freqüentes, teve intensa emigração por muitos anos, e vivem mais cabo-verdianos fora do país do que dentro. A taxa de crescimento média em meados dos anos 90 era de 2.9%

anuais. A esperança de vida era de 68.7 anos para as mulheres e de 66.6 anos para os homens. Os principais centros urbanos são Praia (população em 1990 de 61,644), em Santiago, e Mindelo (47, 109) em São Vicente.

3.3 Economia

Ainda que limitada por escassas terras aráveis e diminuída pela seca regular, a agricultura é a principal atividade econômica. As colheitas principais são milho e feijão; também é cultivada a batata doce, cocos, batatas, mandioca e tâmaras. Algumas bananas são cultivadas para a exportação, e a cana de açúcar é cultivada para a confecção da aguardente. Por causa do seu terreno montanhoso, apenas 9% das ilhas são adequadas para o cultivo. A subdivisão das fazendas de geração em geração reduziu muitas delas a um tamanho menor que o necessário, e Cabo Verde depende da importação de alimentos (muitos na forma de ajuda) para alimentar o povo.

Cabo Verde possui ricas áreas de pesca, embora a indústria ainda tenha que desenvolver o seu potencial. Instalações de processamento de peixe foram construídas no Mindelo, e o governo deu início a programas de modernização da frota pesqueira. A captura anual no princípio dos anos 90 era de cerca de 8500 toneladas. Algumas lagostas são capturadas para a exportação.

O sal é minerado na Ilha do Sal, Boa Vista e Maio, com uma produção anual de 7000 toneladas. A produção caiu para menos de um quarto do nível conseguido nos anos 70, acentuada por falta de mercados estáveis e transporte marítimo disponível com facilidade, assim como o custo de reparos do equipamento. A pozolana é extraída para exportação.

O produto interno bruto (PIB) de Cabo Verde era de cerca de US\$340 milhões no início dos anos 90, ou menos de US\$1000 por pessoa. O volume de exportações, avaliado em US\$6 milhões anualmente, era comprado por Portugal, seguindo-se a Holanda, Brasil, Estados Unidos e Japão. A economia depende extensivamente de remessas de cabo-verdianos que vivem no estrangeiro, que ajudam a diminuir o grande déficit da balança comercial do país. A unidade monetária é o Escudo de Cabo Verde (82.88 escudos valem US\$1; 1994). 1000 escudos são conhecidos por *conto*.

Cabo Verde está tentando obter capital por sua localização estratégica no cruzamento das rotas aéreas e marítimas através da expansão, com a assistência de ajuda estrangeira, de aeroportos e instalações portuárias. Os principais portos ficam no Mindelo e na Praia. O aeroporto internacional em Espargos, no Sal, é um ponto de reabastecimento de vôos para a África e América do Sul. Um segundo aeroporto internacional está em construção em Santiago. Com praias não poluídas e um clima ensolarado, o governo identificou o turismo como foco primário de desenvolvimento, ainda que o número de visitantes no princípio dos anos 90 tenha permanecido baixo.

3.4 Governo

Uma nova constituição promulgada em 1992 afirmou Cabo Verde como uma democracia multipartidária, levando a cabo reformas iniciadas em 1990 que introduziram eleições livres e populares para o presidente e parlamento. O poder legislativo é detido por uma Assembléia Nacional de 79 membros; estes são eleitos pelos votantes por um período de cinco anos. O chefe de estado é o presidente, também eleito por um período de cinco anos. Um primeiro ministro detém o poder executivo e é nomeado pelo assembléia e apontado pelo presidente. Nas primeiras eleições multipartidárias do país em 1991, a presidência e uma grande maioria dos assentos da assembléia foram ganhos por candidatos do Movimento para a Democracia, destituindo o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), que até então gozava de um poder protegido constitucionalmente.

3.5 História

As ilhas foram usadas por pescadores Senegaleses antes da chegada dos primeiros Europeus, por volta de 1456. Foram reclamadas por Portugal em 1460; colonizadores Portugueses começaram a chegar pouco tempo depois. Em 1495 o arquipélago foi declarado como sendo posse da coroa portuguesa, e escravos foram subseqüentemente importados do continente africano para cultivar a terra. Após atingir prosperidade, as ilhas tornaram-se atrativas para piratas e aventureiros estrangeiros - Ingleses, Holandeses e Franceses - que atacaram repetidamente durante os séculos seguintes. Quando o comércio escravo (para o qual as ilhas serviam como ponto central) foi abolido em 1876, a sua importância diminuiu, mesmo com uma estação de carvão e um cabo submarino no Mindelo

ainda atraíssem muitos barcos até à Primeira Guerra Mundial. O comércio aumentou novamente até o meio do século 20.

Em uma tentativa de evitar o nacionalismo crescente, em 1951 Portugal denominou as suas colônias africanas, incluindo Cabo Verde, como províncias além-mar. O *status* provincial deu aos cabo-verdianos o acesso a uma educação mais elevada, mas a falta de oportunidades de trabalho e a pobreza das ilhas forçou muitos dos educados a assumir cargos administrativos no continente africano.

Lá começaram a participar em crescentes movimentos nacionalistas. Amílcar Cabral, um cabo-verdiano, foi co-fundador do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (conhecido por seu acrônimo PAIGC) na Guiné Portuguesa (agora Guiné Bissau). O partido iniciou uma rebelião armada contra Portugal no início dos anos 60. Por razões logísticas, os rebeldes não tentaram romper o domínio português sobre Cabo Verde, que era usado como guarnição para tropas portuguesas que combatiam no continente. De qualquer forma, o desejo por independência entre os cabo-verdianos permaneceu forte e muitos residentes das ilhas foram até o continente para juntar-se à rebelião.

Uma revolução em Portugal em 1974 deflagrou mobilizações em massa em Cabo Verde, o que levou o novo governo português a negociar com o PAIGC. As conversações culminaram em independência para Cabo Verde em 5 de Julho de 1975, dando fim a cinco séculos de domínio português. Embora a constituição original previsse uma eventual unificação com a Guiné-Bissau, um golpe de estado em 1980 resultou em relações tensas entre os dois países e deitando por terra os planos de unificação.

Em 1981 o PAIGC foi dissolvido e substituído pelo Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Uma constituição em 1981 tornou o PAICV o único partido político do país. Com o seu primeiro presidente, Aristides Pereira, Cabo Verde não estava alinhado em política externa, mas dependia fortemente de ajuda ocidental. Sob pressão da Igreja e círculos acadêmicos, reformas iniciadas em 1990 levaram o país à sua primeira eleição presidencial, ganha por António Mascarenhas Monteiro em 1991. Uma nova constituição instituindo o novo sistema multipartidário foi adotada em 1992. No mesmo ano o país foi nomeado, durante dois anos, para uma posição como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mascarenhas, candidato único, foi reeleito em Fevereiro de 1996, e o seu partido, o Movimento para a Democracia, obteve uma vitória esmagadora nas eleições legislativas.

4. POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES

A Estrutura Conceitual Básica classifica os Princípios Fundamentais de Contabilidade em três categorias:

- Postulados Ambientais da Contabilidade (Axiomas).
- Princípios Contábeis (Teoremas).
- Restrições aos Princípios Contábeis – Convenções (Corolários).

Os Postulados Ambientais enunciam condições sociais, econômicas e institucionais dentro das quais a Contabilidade atua.

Os Princípios representam a resposta da disciplina contábil aos Postulados. E as Convenções representam restrições, dentro do direcionamento geral dos Princípios.

De acordo com Sérgio de Iudicibus os Postulados são premissas ou constatações básicas, não sujeita a verificação, que formam o arcabouço sobre o qual repousa o desenvolvimento subsequente da Teoria da Contabilidade.

4.1 Postulados

Os Postulados mais fundamentais são: o postulado da Entidade Contábil e o postulado da continuidade. Segundo o mesmo autor, o postulado da entidade considera que as transações econômicas são levadas a termo por entidades e a Contabilidade é mantida como distintas das entidades dos sócios que a compõem. E o postulado da continuidade observa a entidade como “algo em continuidade”, cuja principal finalidade consiste em gerir e utilizar ativos não para serem vendidos no estado em que se encontrem, mas para servirem como meio para à entidade produzir receitas.

4.2 Princípios

É de extrema importância abordar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, a quanto da análise das Demonstrações Financeiras, pois os princípios constituem o núcleo central da estrutura contábil.

A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade (C.F.C), de 29 de dezembro de 1993, elenca-os em seu art. 3º e conceitua-os em seus art. 4º ao 10º.

São Princípios Fundamentais de Contabilidade:

- o da Entidade;
- o da Continuidade;
- o da Oportunidade;
- o do Registro pelo Valor Original;
- o da Atualização Monetária;
- o da competência; e
- o da Prudência.

4.2.1 Princípio da Entidade (art.4º)

Esse princípio reconhece o Patrimônio como objeto da contabilidade e afirma autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação deste patrimônio entre sociedade ou instituições e seus sócios ou proprietários. As entidades se mantêm como pessoas distintas dos sócios, sejam elas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta interpretação, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietário, no caso de sociedade ou instituição.

O Patrimônio pertence à Entidade, mas o inverso não é verdadeira. Pois a soma ou agregação contábil de patrimônio autônomos não resulta em nova Entidade, mas numa unidade de natureza econômico contábil.

A essência do Princípio da Entidade está na autonomia do patrimônio a ela pertencente. A autonomia tem por conseqüência o fato de que o patrimônio de uma Entidade jamais confundir-se com aqueles dos seus sócios ou proprietários. A Entidade poderá ser desde um pessoa física, ou qualquer tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjunto de pessoas, tais como:

- famílias;
- empresas;
- governos, nas diferentes esferas do poder;
- sociedades beneficentes, religiosas, culturais, esportivas, etc.;
- sociedades cooperativas;
- fundos de investimentos e outras modalidades.

4.2.2 Princípio da Continuidade (art.5º)

A continuidade da Entidade, bem como sua vida definitiva ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos, principalmente quando a extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

Podem provocar modificações na vida da empresa: alterações na conjuntura econômica, mudança política governamental, problemas internos da entidade, causas naturais ou fortuitas , entre outras.

Modificações na conjuntura econômica que provoquem alterações na amplitude do mercado em que atua a Entidade. Como, por exemplo, a queda do poder aquisitivo da população, que provoca redução no consumo de bens, principalmente bens supérfluos, que por sua vez, provoca a diminuição do grau de ocupação de muitas Entidades.

Mudanças de política governamental, como, por exemplo, na área cambial, que influencia diretamente as exportações, com repercussão nos níveis de produção de determinadas Entidades.

Problemas internos das próprias Entidades, levando ao envelhecimento tecnológico dos seus processos ou produtos, superação mercadológica destes, exigência de proteção ambiental, falta de capital, falta de liquidez, incapacidade administrativa, desavenças entre os controladores da Entidade e outras causas quaisquer que levem a Entidade a perder as suas condições de competitividade, sendo gradativamente retirada do mercado.

Causas naturais ou fortuitas que afetam a manutenção da Entidade no mercado, tais como incêndios, inundações, ausência de materiais primários por quebra de safras.

4.2.3 Princípio da Oportunidade (art.6º)

O princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade, à integridade do registro das mutações patrimoniais, determinando que este seja feito no tempo certo e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.



A observância deste princípio, tem como resultado:

- desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;
- o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;
- que o registro deve ensejar o conhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

4.2.4 Princípio do Registro pelo Valor Original (art.7º)

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidas na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurem agregações ou decomposições no interior de Entidade.

Do Princípio do Registro pelo Valor Original resulta:

- a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com agentes externos ou da imposição;
- uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;
- o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;
- os Princípios da Atualização Monetária e do Registro pelo Valor Original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;
- o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

4.2.5 Princípio da Atualização Monetária (art.8º)

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

São resultantes da adoção do Princípio de Atualização Monetária:

- a moeda , embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;
- para avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substancialmente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por conseqüência, o do patrimônio líquido;
- a atualização não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em dado período.

4.2.6 Princípio da Competência (art.9º)

As receitas e as despesas devem ser excluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

O Princípio da Competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no Patrimônio Líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da Oportunidade.

O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é conseqüência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

As receitas consideram-se realizadas:

- nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à Entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados;
- quando do desaparecimento, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo;
- pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.

Consideram-se incorridas as despesas:

- quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros;
- pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

4.2.7 Princípio da Prudência (ART. 10º)

O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo, e do maior para o Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a qualificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O Princípio da Prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem alternativas igualmente aceitáveis perante os demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Observando o disposto anteriormente, o Princípio de Prudência somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenadamente indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência.

A aplicação do Princípio da Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

4.3 Convenções

As convenções representam restrições aos princípios e postulados, quando existe mais de uma opção a ser seguida.

4.3.1 Convenção da Objetividade

“Para procedimentos igualmente relevantes, resultantes da aplicação dos princípios, preferir-se-ão, em ordem decrescente: a) os que puderem ser comprovados por documentos e critérios objetivos; b) os que puderem ser corroborados por consenso de pessoas qualificadas da profissão, reunidas em comitês de pesquisa ou em entidades que têm autoridades sobre princípios contábeis.”

4.3.2 Convenção da Materialidade

“O contador deverá, sempre, avaliar a influência e materialidade da informação evidenciada ou negada para o usuário à luz da relação custo-benefício levando em conta aspectos internos do sistema contábil.”

4.3.3 Convenção da Consistência

“A contabilidade de uma entidade deverá ser mantida de forma tal que os usuários da demonstrações contábeis tenham possibilidade de delinear a tendência da mesma com o menor grau de dificuldade possível.”

4.3.4 Convenção do Conservadorismo

“Entre conjuntos alternativos de avaliação para o patrimônio, igualmente válidos, segundo os princípios fundamentais, a contabilidade escolherá o que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações.”

5. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

De acordo com a Lei das Sociedades Por Ações, art. 176, ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

“§ 1º – As demonstrações de cada exercício serão aplicadas com a intenção dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.”

“§ 2º – Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como diversas contas ou contas correntes.”

“§ 3º – As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.”

“§ 4º – As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”

“§ 5º – As notas deverão indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);

- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (artigos 186, § 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.”

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo -, assim como as obrigações – Passivo - em determinada data, isto é, apresenta a Situação Patrimonial da empresa em dado momento.

Depois de registrado todos os fatos contábeis e feito os ajustes cabíveis, o Balanço apresenta de forma ordenada os três elementos do Patrimônio:

-ATIVO: bens e direitos da companhia;

-PASSIVO: compreende as obrigações e exigibilidade;

-PATRIMÔNIO LÍQUIDO: representa a diferença entre o Ativo e o Passivo, isto é, o valor líquido da empresa.

O artigo 178 determina a forma de classificação das contas no Balanço Patrimonial:

“Art. 178 – No Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.”

Nos parágrafos 1º e 2º do artigo 178 são apontados os grupos de contas que fazem parte do ativo e do passivo:

“§ 1º - No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

a) Ativo Circulante (AC);

b) Ativo Realizável a Longo prazo (ARLP);

c) Ativo permanente (AP), dividido em Investimento, Imobilizado e Diferido;

Segundo Neves e Vicenconti (1995), liquidez refere-se a equidade de solvência ou a capacidade para pagamento de dívidas e obrigações, necessitando de bens

numerários para honrar esses compromissos. Sendo assim, um bem ou um direito, quanto mais próximo estiver de se transformar em dinheiro, maior é a sua liquidez.

No Passivo, as contas estão dispostas em ordem decrescente do grau de exigibilidade. Significa que quanto menor o prazo de pagamento, maior exigibilidade possuirá a dívida ou obrigação.

§ 2º - No Passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) Passivo Circulante;
- b) Passivo Exigível a Longo Prazo;
- c) Resultados de Exercícios Futuros;
- d) Patrimônio Líquido, dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.”

O parágrafo 3º do mesmo artigo, já mencionado, determina que sejam classificados separadamente os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar.

Nos incisos I e V do artigo 179, as contas do Ativo são classificadas dentro de cada grupo conforme dispostos a seguir:

“I – no Ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguintes;”

II – no Ativo Realizável a Longo Prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;”

III – em Investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;”, tais como:

- a) as importâncias aplicadas na aquisição de ações ou títulos de participação societária com intenção de mantê-las em caráter permanente;
- b) as aplicações de recursos em sociedades coligadas e controladas;
- c) os Certificados de Investimentos (CI), ações ou quotas quando decorrentes de Incentivos Fiscais (FINOR, FINAM, FUNRES etc.);
- d) as participações em sociedades por quotas de responsabilidade limitada;
- e) as aplicações em imóveis não necessários à manutenção da atividade explorada e não destinados à revenda;



- f) florestas destinadas à proteção do solo ou preservação do meio ambiente, sem que destinem à manutenção da atividade da companhia e da empresa;

“IV – no Ativo Imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades de companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial”, incluindo:

- a) bens tangíveis, corpóreos ou materiais (edifícios e construções, máquinas, equipamentos, instalações, móveis e utensílios, veículos, semoventes ou animais de tração etc.);
- b) bens intangíveis, incorpóreos ou imateriais (marcas e patentes, fórmulas e processo de fabricação, ponto comercial, fundo de comércio etc.);
- c) as florestas destinadas à exploração dos respectivos frutos e as que se destinam ao corte para comercialização, consumo ou industrialização, bem como os direitos contratuais de exploração de florestas, com prazo superior a dois anos;
- d) qualquer importância destinada à aplicação de terras, desde que não sejam para revenda (Estoques) ou para preservação do ambiente (Investimento);
- e) direitos de uso de linhas telefônicas (quando os depósitos utilizados na sua aquisição forem superiores ao montante das ações integralizadas na aquisição), ou quando tais direitos tenham sido adquiridos de terceiros, ou da própria concessionária, a título oneroso, e sem o recebimento de ações.

“V – no Ativo Diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social”, inclusive:

- a) os juros pagos aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais;
- b) as despesas pré-operacionais ou pré-industriais, quando não se identificarem como elementos específicos da ativo imobilizado ou investimento;
- c) as despesas com pesquisas científicas ou tecnológicas, quando não exercida opção para apropriação direta em conta de resultados;
- d) as despesas com reestruturações, reorganização, remodelação ou modernização de empresas.

No Passivo Exigível, a classificação das contas obedece às disposições do artigo

“Art. 180 – As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, serão classificadas no Passivo Circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no Passivo Exigível a Longo Prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observando o disposto no parágrafo único do artigo 179.”

O artigo 181 trata do grupo Resultado de Exercícios Futuros.

“Art. 181 – Serão classificadas como Resultados de Exercício Futuro as Receitas de Exercícios Futuros, diminuídas dos Custos e Despesas a elas correspondentes.”

Podemos classificar como Resultado de Exercício Futuros:

- a) comissões bancárias sobre aberturas de crédito;
- b) aluguéis recebidos antecipadamente;
- c) receita recebida em decorrência da venda de unidades imobiliárias não concluídas.

O Patrimônio Líquido corresponde a diferença entre os valores que compõem o Ativo, o Passivo Exigível e Resultado de Exercício Futuros.

O artigo 182 dispõe o conteúdo da conta Capital Social, no Patrimônio Líquido:

“Art. 182 – A conta do Capital Social discriminará o montante subscrito e , por dedução, a parcela ainda não realizada.”

Os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, discriminam o que deve ser classificado como reservas de capital:

“ § 1º - Serão classificadas como Reservas de Capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alimentação de partes beneficiárias e bônus descrição;
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;
- d) as doações e as subvenções para investimento

§ 2º - Será registrado como Reserva de Capital o Resultado da Correção Monetária do Capital Realizado, enquanto não capitalizado.”

As Reservas de Reavaliação são classificadas de acordo com o disposto no parágrafo 3º do citado artigo:

“§ 3º - Serão classificadas como Reservas de Reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do Ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela Assembléia Geral.”

No parágrafo 5º do mesmo artigo consta a classificação das ações em tesouraria:

“§ 5º – As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.”

De acordo com a Lei nº 6404/76, o Balanço Patrimonial deve conter os seguintes grupos de contas:

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

- Disponibilidades.
- Direitos realizáveis no curso do exercício social seguinte.
- Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

- Direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.
- Direitos derivados de adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

ATIVO PERMANENTE

Investimentos

- Participações permanentes em outras sociedades e direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, ou Realizável a Longo Prazo que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou empresa.

Imobilizado

- Direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia ou empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade comercial ou industrial.

Diferido

- Aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação de resultado de mais um exercício social, inclusive juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

- Obrigações da companhia, inclusive financiamentos para a aquisição de direitos do Ativo Permanente quando vencerem no exercício seguinte.

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

- Obrigações vencíveis em prazo maior do que o exercício seguinte.

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

- Receitas de exercícios futuros diminuídas dos custos e despesas correspondentes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

- Montante do capital subscrito e, por dedução, parcela não realizada.

Reservas de Capital

- Ágio na emissão de ações ou conversão de debêntures e partes beneficiárias.
- Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.
- Prêmios recebidos na emissão de debêntures, doações e subvenções para investimentos.
- Correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizada.

Reservas de Reavaliações

- Contrapartida do aumento de elementos do Ativo em virtude de novas avaliações, documentadas por laudo técnico.

Reservas de Lucros

- Contas constituídas a partir de lucros gerados pela companhia.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

- Lucros gerados pela companhia, que ainda não receberam destinação específica.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Demonstra a movimentação da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, revelando os eventos que influenciaram a modificação do seu saldo. Também deve revelar o dividendo por ação do capital realizado.

No artigo 186 é demonstrado o conteúdo da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados:

“Art. 186 – A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I – o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II – as reversões de Reservas e Lucro Líquido do Exercício;

III – as transferências para Reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporados ao capital e o saldo ao fim do período.”

5.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Demonstra o Resultado do Exercício, explicando a composição da conta ARE(Apuração do Resultado do Exercício) e determinando o valor do Resultado por quota ou Ação do Capital Social Integralizado.

A composição da Demonstração do Resultado do Exercício é determinada pelo artigo 187:

“Art. 187 – A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I – a receita das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III – as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV – o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (art. 185, § 3º);

V – o resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para imposto;

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII – o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.”

Segundo a mesma Lei, a Demonstração do Resultado do Exercício discriminará os seguintes elementos:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS

(-) Devoluções

(-) Abatimentos

(-) Impostos

(=) **Receita Líquida das Vendas e Serviços**

(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos

(=) **Lucro Bruto**

- (-) Despesas com Vendas
- (-) Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras)
- (-) Despesas
- (-) Outras Despesas Operacionais
- (+) Outras Receitas Operacionais
- (=) Lucro ou Prejuízo Operacional**
- (+) Receitas não operacionais
- (-) Despesas não operacionais
- (±) Saldo da Correção Monetária
- (=) Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda**
- (-) Imposto de Renda e Contribuição Social
- (-) Participantes de Debêntures
- (-) Participação dos Empregados
- (-) Participação dos Empregados
- (-) Participação de Administradores e Partes Beneficiárias
- (-) Contribuições para Instituições ou Fundo de Assistência ou Previdência de Empregados
- (=) Lucro ou Prejuízo do Líquido do Exercício**
- (=) Lucro ou Prejuízo por Ação**

5.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)

O objetivo da DOAR é de apresentar de forma ordenada e resumida as informações relativas às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, e evidenciar as alterações na posição financeira da empresa. Financiamento é igual às origens de recursos e investimento às aplicações de recursos.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos tem o seu conteúdo indicado no artigo 188:

“Art. 188 – A Demonstração das Origens das Aplicações de Recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I – as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;

- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II – as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III – o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV – os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.”

As origens de recursos são representados pelos aumentos no Capital Circulante líquido (CCL), através:

- a) das próprias operações, quando as receitas do exercício são maiores que as despesas
 - Lucro gera uma origem de recursos;
 - Prejuízo gera uma aplicação de recursos.
- b) dos acionistas, pelos aumentos de capital integralizados pelos mesmos no exercício
- c) de terceiros, por empréstimos a longo prazo, venda de bens do Ativo Permanente, ou de transformação do Realizável a Longo Prazo em Ativo Circulante

As aplicações de recursos são representados pelas diminuições do Capital Circulante Líquido, e as mais comuns são:

- a) inversões do Permanente derivadas de:
 - aquisição de bens do Ativo Imobilizado
 - aquisição de Investimentos
 - aplicação de recursos no Ativo Diferido
- b) pagamentos de empréstimos a longo prazo
- c) remuneração de acionistas, derivada dos dividendos.

Origens e Aplicações que não afetam o CCL, mas aparecem na DOAR:

- a) aquisição de bens do Ativo Permanente pagáveis a Longo Prazo;
- b) conversão de Empréstimos de Longo Prazo em Capital;

- c) integralização de Capital do Ativo Permanente;
- d) venda de bens do Ativo Permanente recebível a Longo Prazo.

A DOAR fornece as modificações na posição financeira da empresa pelo fluxo de recursos. Esta demonstração auxilia em importantes aspectos como, por exemplo:

- conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes;
- constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o CCL;
- verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo;
- constatação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando o seu CCL;
- verificação da compatibilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa.

Apresenta-se a seguir o modelo básico da DOAR:

ORIGENS DE RECURSOS

• DAS OPERAÇÕES

- Lucro Líquido do Ano
- Mais:
 - Depreciação e Amortizações
 - Resultado da Correção Monetária do Exercício (saldo anterior)
 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
- Menos:
 - Participação nos Resultados de Controladas e Coligadas (deduzida dos dividendos recebidos)
 - Resultado da Correção Monetária (saldo credor)
 - Resultado na Alienação de Bens do Imobilizado

Total das Operações

• DOS ACIONISTAS:

- Integralização de Capital

• DE TERCEIROS:

- Ingresso de Empréstimos a Longo Prazo
- Alienação de Itens do Imobilizado (valor de venda)



- Resgate de Investimentos Temporários a Longo Prazo

Total das Origens

APLICAÇÕES DE RECURSOS

- Aquisições de Direitos do Imobilizado (ao custo)
- Adições ao Custo no Ativo Diferido
- Aplicações em Investimentos Permanentes em Outras Sociedades
- Aplicações em Investimentos Temporários a Longo Prazo
- Transferências para Curto Prazo em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
- Dividendos Propostos

Total das Aplicações

ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

6. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE CABO VERDE

A contabilidade em Cabo Verde é feita de acordo com as normas do Plano Nacional de Contabilidade (PNC). O Plano Nacional de Contabilidade é uma adaptação do Plano Oficial de Contabilidade das empresas de Portugal, que por sua vez representa adaptações das várias experiências da normalização contabilística de alguns países, nomeadamente “Plano Europeu” da União Europeia de Peritos Contabilistas, “Plano Internacional” do Comitê Internacional de Profissionais de Contabilidade, “Normas de Apresentação de Contas” dos grupos de trabalho da CEE, “Plano Contabilístico Geral” Francês.

De acordo com o PNC, as empresas públicas e empresas mistas ou com capitais públicos passaram a adotar obrigatoriamente as normas do plano a partir de 1984. E as empresas privadas e cooperativas a partir de 1985.

Dependendo do porte da empresa, dos seus meios e das suas necessidades, ela poderá adotar apenas a versão simplificada. Para as empresas obrigadas à versão integral deverão elaborar as seguintes demonstrações:

- Balanço Analítico;
- Demonstração dos Resultados Líquidos;
- Demonstração dos Resultados Extraordinários do Exercício;
- Demonstração dos Resultados de Exercícios Anteriores;

- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos.

Para as empresas obrigadas à versão simplificada deverão elaborar as seguintes demonstrações:

- Balanço Sintético;
- Demonstração dos Resultados Líquidos, de acordo com as contas que utilizarem
-

6.1 BALANÇO

O Balanço contém dois lados ou membros: o Ativo e Passivo. Se é Ativo, a situação líquida figura no segundo membro e se é passivo, no primeiro membro. Equipara-se ao Balanço do Brasil.

O balanço devesse:

- 1) indicar a que empresa se refere;
- 2) apresentar a data da sua elaboração;
- 3) ter sempre uma igualdade entre os dois membros;
- 4) representar o patrimônio: em composição e em valor.

O Balanço tem de respeitar uma determinada ordem, isto é, os valores Ativos devem apresentar de cima para baixo por ordem decrescente de liquidez, que é a capacidade de um ativo em se transformar num meio líquido de pagamento.

Os valores Passivo devem escrever-se de cima para baixo de ordem crescente de prazos de exigibilidade ou prazos de pagamentos. O mesmo procedimento utilizado no Brasil.

São quatro os critérios de classificação, a saber:

(1) Quanto ao grau de pormenorização pode ser:

- Balanço Analítico – é o balanço nos quais as rubricas vem representadas em massas parciais e contas, estas desdobradas em subcontas.
- Balanço Sintético – é o balanço representado apenas com as massas parciais e contas, sem as subcontas.

(2) Quanto ao momento de apresentação pode ser:

- Balanço inicial de fundação – é o balanço da empresa elaborada na data da sua fundação.
- Balanço do início do exercício - é o balanço elaborado anualmente a 1 de Janeiro.
- Balanço de fim do exercício – é o balanço elaborado anualmente a 31 de Dezembro.

- Balanço final de Liquidação – é o balanço elaborado a data da extinção ou liquidação da empresa.

(3) **Quanto a regularidade de apresentação** pode ser:

- Balanço ordinário – é o balanço elaborado em momentos previamente estabelecidos.
- Balanço extraordinário – é o balanço elaborado por razões de ordem accidental, tais como catástrofes, falecimento de sócios, fusão com outras empresas, falência.

(4) **Quanto a forma** pode ser:

- Balanço em dispositivo vertical
- Balanço em dispositivo horizontal
-

6.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Outro instrumento fundamental para a Análise Econômica e Financeira das empresas é a Demonstração de Resultado Líquido. Ela é elaborada, normalmente, no fim do período.

Graficamente na Demonstração de Resultado Líquido encontramos:

- do lado esquerdo: os custos e perdas registrados no exercício mais os resultados líquidos.
- do lado direito: os proveitos e ganhos contabilizados no período.

Custos e Perdas

- Custos Ex. Vendidos e Consumidos
- Fornecimentos de Serviços de Terceiros
- Impostos
- Despesas com Pessoal
- Despesas Financeiras
- Outras Despesas e Encargos
- Amortização e Reintegração do Exc.
- Provisões do Exercício

Sub – Total (A)

Proveitos e Ganhos

- Vendas .Merc. .e .Produtos
- Prestação de Serviços
- Trab. P/ a própria empresa
- Subsídios de exploração
- Receitas Suplementares
- Receitas Financ. Corrente
- Rec. de Aplicação Financ.
- Outras Receitas
- Utilização de Provisões

Sub – Total (B)



Result. Ext. do Exercício (Perdas)	Res. Ext. do Exercício (Ganhos)
Result. do Exerc. Anterior (Perdas)	Res. Do Ext. Anterior (Ganhos)
Resultado Líquido	
Total Geral	Total Geral

Resultado Corrente do Exercício = Total (B) = Total (A)

Resultado Extraordinário do Exerc. = Res. Ext. do Exerc. (Ganho)- (Perdas)

Res. Exerc. Anterior = R.E.A (Ganho) – R.E.A (Perdas)

Res. Líquido = Res. Corr. Exerc. (+/-) Res. Ext. do Exerc. (+/-) Res. Exerc. Ant.

De acordo com o referido Plano, as contas são agrupadas em classes. São oito classes, a saber:

- classe 1(Meios Monetários);
- classe 2 (Terceiros e antecipações);
- classe 3 (Existências);
- classe 4 (Imobilizações);
- classe 5 (Capital, Reservas e Resultados transitados);
- classe 6 (Custos por Natureza);
- classe 7 (Proveitos por Natureza);
- classe 8 (Resultado).

1- Meios monetários:

- Caixa;
- Depósitos à Ordem;
- Depósitos c/ Aviso Prévio;
- Depósitos a prazo.

2 - Terceiros e Antecipações:

-
- Clientes;
- Fornecedores;
- Empréstimos Concedidos e Obtidos;
- Setor Público Estatal;
- Sócios e Associadas;
- Outros Devedores e credores;
- Despesas e Receitas Antecipadas;



- Proveitos para Impostos sobre Lucros;
- Provisão para Cobranças Duvidosas e Outros Riscos e encargos.

3 – Existências:

- Compras;
- Mercadorias;
- Produtos Acabados e Semi- acabados;
- Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos;
- Produtos e trabalhos em curso;
- Matérias- primas, subsidiárias e de consumo;
- Embalagens Comerciais Retornáveis;
- Regularização de existências;
- Provisão para Depreciação de Existências.

4 – Imobilizações:

- Imobilizações Financeiras;
- Imobilizações Corpóreas;
- Imobilizações Incorpóreas;
- Imobilizações em Curso;
- Custos Plurienais;
- Amortizações e Reintegração acumuladas;
- Provisão para Imobilizações Financeiras.

5 - Capital, Reservas e Resultados Transitados:

- Financiamento Básico;
- Capital Estatutário;
- Prestações Suplementares;
- Capital Individual;
- Reserva Legais e Estatutárias;
- Reservas Especiais;
- Reserva de Reavaliação de Imobilizações;
- Reservas Livres;
- Resultados Transitados.

6 – Custos por Natureza:

- Compras/ Custos das Existências vendidas e consumidas;

- Subcontratos;
- Fornecimentos de Serviços de Terceiros;
- Impostos;
- Despesas c/ Pessoal;
- Despesas Financeiras;
- Outras Despesas e Encargos;
- Amortizações e Reintegrações do Exercício;
- Provisões do Exercício.

7 – Proveitos por Natureza:

- Vendas de Mercadorias e Produtos;
- Prestações de Serviço;
- Trabalhos para a própria empresa;
- Subsídios destinados à exploração;
- Receitas Suplementares;
- Receitas Financeiras Correntes;
- Receitas de Aplicações Financeiras;
- Proveitos Diversos;
- Utilização de provisões.

8 – Resultados:

- Resultados Correntes do Exercício;
- Resultados Extraordinário do Exercício;
- Resultados de Exercícios Anteriores.

7. TECNICAS DE ANÁLISE

Quando se faz Análise de Balanço é necessário levar em conta os objetivos da análise e a posição do analista, sob o aspecto de, para que e para quem analisar.

Segundo Braga (1983), “quando um analista externo apresenta dúvidas com relação a alguma rubrica do Balanço Patrimonial e não consegue esclarecê-la de forma conveniente, deverá interpretá-la contra a empresa analisada.” Isto se dá quando, por exemplo, “uma certa conta classificada no Balanço, como Exigível a Longo prazo, e se não houver certeza da data de liquidação da dívida, o analista deverá reclassificá-la como Circulante”.

É interessante que se faça uma análise minuciosa dos Estoques, de dívidas incobráveis, Marcas e Patentes, Gastos de Organização para se procederem as devidas mudanças e ajustes cabíveis no Balanço Patrimonial, de forma que a análise seja mais precisa e que visualize de melhor forma o aspecto econômico-financeiro. Ajustes esses que deverão ser feitas de maneira que não percam as suas características Contábeis.

Os ajustes se dão tanto no Balanço como também nas outras Demonstrações Contábeis, como a Demonstração do Resultado do Exercício, com o intuito de eliminar alguns efeitos sobre a sua estrutura.

Alguns analistas classificam resultados de operações financeiros como não-operacionais, retirando-as do Resultado Operacional para uma melhor análise.

Segundo Assaf Neto (1991), “todas estas mudanças se dão para tomar o demonstrativo mais homogêneo e menos complexo para análise”.

Alguns ajustes feitos no Balanço Patrimonial são os seguintes:

- Ao Patrimônio Líquido se incorporará os Resultados de Exercícios Futuros;
- Deduzir do Patrimônio Líquido o Ativo Diferido por representarem gastos já liquidados;
- As Duplicadas Descontadas serão reclassificadas no Passivo Circulante;
- O valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa será subtraído das Duplicatas a Receber, que aparecerá no Balanço ajustado com o seu valor líquido;

- Para efeito de demonstração deve ser evidenciado o valor de aquisição, as correções e as depreciações processadas nas contas do Imobilizado;
- Verificação das contas do circulante, se obedecem ao limite de 365 dias. Caso não se enquadrem devem ser reclassificadas ao longo prazo;
- Exame do critério de apuração dos Estoques, para que se procedam os ajustes, no sentido de adequá-los a realidade.

Mas determinados ajustes não podem ser feitos por analistas externos que não têm conhecimento de conceitos intrínsecos, que a empresa adota. Conhecimentos esses que só quem tem acesso são os analistas internos.

Para uma boa análise é necessário que haja certas precauções e limitações como: Correção Monetária, embora esteja extinta, mas não deixa de existir inflação; comparação temporal entre Lucro e as Receitas e Despesas ao longo do exercício; exame minucioso das datas oriundas de compras e vendas a prazo; método de avaliação dos estoques. E principalmente se deve levar em conta os eventos subsequentes, a título de ilustração, o caso da desvalorização do real no início do ano de 1999, que afetou e muito as empresas que trabalham com produtos importados.

Por análise, entende-se o método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação. Para a análise contábil deve-se seguir determinados procedimentos:

- classificação apropriada das informações;
- associação lógica das informações;
- conversão de valores monetários em medidas de avaliação relativa (coeficientes, quocientes, índices e diferenças absolutas), conforme o tipo de análise.

Utilizando-se dessas medidas, o processo analítico permite que sejam feitas inúmeras combinações entre os componentes patrimoniais e de resultado, ou mesmo, entre duas ou mais demonstrações.

Medidas essas, quando utilizadas, constituem instrumentos de Análise Patrimonial, Econômica e Financeira.

A seguir são apresentados alguns indicadores financeiros e econômicos, a saber:

- 1) Índices de Liquidez;

- 2) Índices de Estrutura de Capitais;
- 3) Índices de Rentabilidade;

“Índices é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.” (Matarazzo, 1995, p.153)

Os índices são as técnicas de análise mais usuais. Eles tem a característica de fornecer uma visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.

Dependendo do grau de profundidade da análise, isto é, do objetivo do mesmo, assim são extraídas índices, quantos forem necessários. Mas trabalhar com uma grande quantidade de índices torna –se muitas vezes inviável, em relação ao custo-benefício.

Os índices são divididos em índices que evidenciam aspectos da situação financeira e índices que evidenciam aspectos da situação econômica. Os índices de situação financeira são divididos em índices de liquidez e índices de estrutura. E os índices de situação econômica são os índices de rentabilidade.

7.1 Índices de Liquidez

São aqueles que, a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Um empresa com bom índices de liquidez, tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo ou renovação de dívidas, por exemplo. **Quanto maior, melhor.**

Podemos citar:

- **Liquidez Geral:** mede a capacidade da empresa em saldar as dívidas de longo e curto prazo utilizando os recursos do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

Fórmula: $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
--

•

- **Liquidez Corrente:** é a medida da solvência operacional, representando a capacidade da empresa em saldar suas dívidas a curto prazo, lançando mão dos valores financeiros, disponíveis e a receber a curto prazo, somando ao valor dos estoques.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- **Liquidez Seca:** é uma medida mais rigorosa de solvência, uma vez os estoques deixam de ser considerados como fonte de recursos para pagamento da dívida.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Disponível + Aplicações Financeiras + Clientes de Rápida Conversibilidade em Dinheiro}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.2 Índices de Estrutura de Capitais

Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos. **Quanto maior, melhor.**

Podemos citar os seguintes índices:

- **Participação de Capitais de Terceiros:** quando a empresa tomou de capitais de terceiros para cada 100 de capital próprio investido.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

- **Composição do Endividamento:** indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação as obrigações totais.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$$

- **Imobilização do Patrimônio Líquido:** mostra até que ponto o capital está empregado no Ativo Imobilizado.

Fórmula:	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
----------	--

- **Imobilização dos Recursos não Correntes:** indica que percentual de recursos não correntes (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo) a empresa aplicou no Ativo Permanente.

Fórmula:	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$
----------	--

7.3 Índices de Rentabilidade

Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa. **Quanto menor, melhor.**

- **Giro do Ativo:** indica quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total.

Fórmula:	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$
----------	---

- **Margem Líquida:** quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos.

Fórmula:	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$
----------	--

- **Rentabilidade do Ativo:** este índice mostra quanto a empresa obtém em relação ao Ativo. É uma medida de capacidade da empresa em gerar Lucro Líquido e assim poder capitalizar-se.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$$

- **Rentabilidade do Patrimônio Líquido:** quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. O papel do índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a troca de rendimento do Capital próprio.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

7.4 Análise Vertical e Análise Horizontal

Através desses tipos de análises podemos conhecer pormenores das Demonstrações Financeiras que escapam à análise genérica dos índices.

A Análise Vertical baseia-se em valores percentuais das Demonstrações Financeiras. Para isso, se calcula o percentual de cada conta em relação a um valor-base.

O coeficiente ou percentagem é a medida que indica a proporção de cada componente em relação ao todo. O total é representado pela percentagem 100% (cem por cento).

Tem como objetivo avaliar, em termos relativos, as partes que compõem o todo e, compará-los no caso de análise de dois ou mais períodos.

A Análise Horizontal "baseia-se na evolução de cada conta de uma série de Demonstrações Financeiras em relação a demonstração anterior e/ou em relação a uma Demonstração Financeira básica, geralmente a mais antiga da série." (Matarazzo, 1997, p. 251).

Enquanto que a Análise Vertical se presta a definição da percentagem representativa do valor de cada componente em relação ao total, ou a comparação dos percentuais ente si, a Análise Horizontal permite a avaliação do aumento ou diminuição dos valores que expressam os componentes de um todo, através do confronto de uma série histórica de períodos iguais.

A Análise Vertical mostra, de um lado, qual a composição detalhada dos recursos tomados pela empresa, qual a participação de cada um dos itens de Capitais de Terceiros,

como Fornecedores, Bancos, etc. De outro lado, a Análise Vertical mostra quanto por cento dos recursos totais foi destinados ao Ativo Circulante e ao Permanente. A análise do percentual de cada item do ativo permite destacar a política de investimentos da empresa em relação a estoques, duplicatas, imobilizado, enquanto no Passivo permite visualizar a política financeira de obtenção de recursos.

A análise Horizontal do Balanço mostra quais os itens do Ativo a empresa vem dando ênfase na alocação de seus recursos e, comparativamente, de quais recursos adicionais se vem valendo. É interessante na Análise Horizontal observar comparativamente os seguintes itens:

- crescimento dos totais do Ativo Permanente e Circulante e de cada um dos seus principais componentes;
- crescimento do Patrimônio Líquido comparativamente ao Exigível Total;
- crescimento do Patrimônio Líquido mais Exigível a Longo Prazo comparativamente ao crescimento do Ativo Permanente;
- crescimento do Ativo Circulante em comparação com o crescimento do Passivo Circulante;
- verificação de quanto cada balanço da série contribuiu para a variação final obtida entre o primeiro e o último balanço.

CONCLUSÃO

As empresas necessitam de informações, que servem de suporte para tomada de decisões. Informações essas que são retratadas através das Demonstrações Contábeis e Financeiras. E em cima dessas demonstrações são extraídas índices ou quocientes que permitirá saber qual é a solidez da empresa, a sua posição no mercado, a capacidade de gerar lucros, e assim por diante.

As Demonstrações Financeiras de Cabo Verde são, em muitos pontos, feitas do mesmo modo que às Demonstrações Brasileiras, tanto a nível da nomenclatura das contas como na estrutura gráfica de algumas demonstrações, embora com algumas diferenças, como é o caso da demonstração de resultado em que a representação gráfica é completamente diferente. No Brasil a Demonstração de Resultado é apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das Receitas subtraem-se as Despesas, em seguida indica-se o resultado, Lucro ou Prejuízo. Já em Cabo Verde a Demonstração de Resultado é constituída de duas colunas, uma com os Custos e Perdas e a outra com os Proveitos e Ganhos, e a confrontação das duas se encontra o Resultado.

Não foi feita uma comparação através dos Índices ou da Análise Vertical ou Horizontal, dado que a realidade dos dois países é completamente diferente, e principalmente pela diferenciação na unidade monetária.

Este trabalho baseou-se fundamentalmente em mostra quis as Demonstrações que são utilizadas em Cabo Verde e no Brasil com suas semelhanças e suas diferenças mais importantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Arthur. **Normas e Práticas Contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1991.

BRAGA, Hugo Rocha. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1983.

IUDÍCIBUS, Sérgio de . **Análise de Balanços**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1996

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Curso Moderno de Contabilidade**. São Paulo: Lisa, 1995.

ENCARTA 97. ENCYCLOPEDIA. Microsoft

CABO VERDE. Suplemento ao Boletim Oficial nº4, de 30 de janeiro de 1988.

BSFEAG

ANEXOS

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS**

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 1998 e de 1997
e parecer dos auditores independentes**

Parecer dos auditores independentes

10 de fevereiro de 1999

Ao Conselho de Administração e Acionistas
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e o balanço patrimonial consolidado da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e suas controladas em 31 de dezembro de 1998 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 O compromisso atuarial da Companhia referente aos benefícios de aposentadoria concedidos ao grupo de empregados existentes na PETROBRAS antes da constituição da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS monta a aproximadamente R\$ 3.700 milhões em 31 de dezembro de 1998, líquido dos efeitos tributários na PETROBRAS, sem efeitos relevantes no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 1998.
- 4 Somos de parecer que, exceto pelos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e suas controladas em 31 de dezembro de 1998 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS do exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desse exercício, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

10 de fevereiro de 1999
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

- 5 O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 1997, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 9 de fevereiro de 1998, contendo ressalvas quanto à i) diferença entre as práticas contábeis emanadas da legislação societária e aquelas seguidas pela Companhia na importação de petróleo e nas operações relativas à comercialização de álcool e quanto à ii) não constituição de provisão para ajustar o valor de certos títulos securitizados ao seu valor estimado de mercado. Adicionalmente, o parecer daqueles auditores independentes contém ênfase quanto à não-definição, até aquela data, da forma e prazo de realização do saldo das contas Petróleo e Álcool e quanto à impossibilidade de se mensurar eventuais ajustes ao valor de realização de certos investimentos mantidos por subsidiária.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ

João César de O. Lima Jr.
Sócio
Contador CRC-RJ-077.431

CÓPIA DO ORIGINAL ASSINADO INDIVIDUALMENTE

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1998 e de 1997

(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado		Controladora		Passivo			Controladora	
	1998	1997	1998	1997		1998		1998	1997
Circulante					Circulante				
Caixa e bancos	358.789	98.793	308.411	58.809		6.430.351	7.294.686		6.820.615
Aplicações financeiras	623.595	519.549		463.594	Fornecedores:				
		618.342	854.041		principalmente por compras de petróleo				
Títulos e valores mobiliários	47.882		40.101			31.360	30.981		195.960
Contas a receber:					Fornecedores - outros		1.362.747	889.911	
Subsidiárias, controladas e coligadas,					Impostos e contribuições sociais a recolher (nota 10)	929.100		858.404	815.277
por vendas (nota 7)	65.310		523.738	397.008	11 c)	568.256		546.530	381.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	530.857	486.106		368.508	Provisão para férias	186.650	150.572		150.572
	(45.830)	(48.972)	(36.187)	(38.282)	Outras contas e despesas a pagar		316.504	287.986	
		1.825.988	1.617.844				553.560	537.762	61.630
Dividendos e juros a receber de investimentos relevantes							10.999.824	10.071.068	
Estoques (nota 4)		3.693.632	2.736.381	154.422	Exigível a longo prazo				
Despesas do exercício seguinte	1	102.967		110.680	Financiamentos (nota 9)		3.600.884	4.587.621	
Outros a	686.575	597.537		266.612	Impostos e contribuições sociais a recolher (nota 10)	1.218.438			69.263
	7.021.663		6.442.923	5.576.183	Empr	46.662	188.216		188.216
					Subsidiárias, controladas e coligadas (nota 7)		55.100	2.225.614	
Realizável a longo prazo					Outras contas e despesas a pagar		326.729	75.363	
Títulos e valores mobiliár	4.036.708	6.581.500		6.581.500		7.238.541	5.764.873		4.218.110
Subsidiárias, controladas e coligadas (nota 7)	6.473.439	6.412.982	3.316.762	583.764		437.425	383.844		
Empreendimentos em negociação (nota 6)	846.736				Capital realizado	13.372.556		13.372.556	13.372.556
Estoques (nota 4)	89.795		89.795	2	Reserva de rea	47.813	36.596		36.596
Investimentos em empresas privatizáveis (nota 7)		555.662	4.073		Reservas de lucros	141.027	294.495		294.495
Investimento em convênio	151.281		151.281	151.281		8.173.220		8.272.616	7.407.049
a longo prazo	274.646	254.374	661.205			21.734.616		21.834.012	21.110.696
	13.440.078	14.896.380		8.937.034					
Investimentos									
Subsidiárias e coligadas (nota 7)		558.129	8.382.949						
Outros investimentos	83.232	5.972	39.282						
Imobilizado (nota 8)	16.824.571		13.188.121	12.653.198					
	2.160.572	1.496.115		575.925					
	19.637.257		22.614.946	21.092.227					
		38.203.957	38.840.340			40.098.998	38.203.957		35.60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e de 1997

(Em milhares de reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>1998</u>	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Receita operacional bruta				
Vendas				
Produtos	29.220.338	29.993.701	25.823.345	26.095.643
Serviços, principalmente fretes	150.539	132.366	77.924	56.957
	29.370.877	30.126.067	25.901.269	26.152.600
Encargos de vendas	(11.356.642)	(10.672.513)	(10.072.009)	(9.483.764)
Receita operacional líquida	18.014.235	19.453.554	15.829.260	16.668.836
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.241.993)	(15.250.438)	(12.160.658)	(13.296.247)
Lucro bruto	4.772.242	4.203.116	3.668.602	3.372.589
Despesas operacionais				
Vendas	(692.966)	(604.769)	(309.550)	(257.120)
Financeiras:				
Despesas	(941.542)	(880.540)	(840.287)	(831.230)
Receitas	351.258	287.962	368.282	176.654
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(543.140)	114.515	(606.247)	111.075
Rendimentos dos títulos vinculados à privatização - PND (nota 3)	819.224	1.445.989		
Gerais e administrativas				
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(3.116)	(2.867)	(968)	(850)
De administração	(872.293)	(843.238)	(716.679)	(686.509)
Tributárias	(120.011)	(95.868)	(86.385)	(69.998)
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico	(242.305)	(245.381)	(241.733)	(244.257)
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo no País (nota 2 d)	(1.063.641)	(1.156.569)	(1.063.641)	(1.156.569)
Gastos e perdas provisionados com investimentos em exploração e produção no exterior (nota 2 c)	(198.743)	(12.353)		
Outras despesas operacionais líquidas	(55.196)	(157.986)	(73.185)	(277.201)
	(3.562.471)	(2.151.105)	(3.570.393)	(3.236.005)
Participações em subsidiárias e coligadas (nota 7)				
Resultado de participações em investimentos relevantes	62.623	66.111	1.422.187	1.435.984
Lucro operacional antes dos juros sobre o capital próprio	1.272.394	2.118.122	1.520.396	1.572.568
Juros sobre o capital próprio (nota 11c)	(620.108)		(460.508)	
Lucro operacional	652.286	2.118.122	1.059.888	1.572.568
Receitas (despesas) não operacionais	95.865	(7.496)	(5.661)	23.716
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, da participação minoritária e da reversão dos juros sobre o capital próprio	748.151	2.110.626	1.054.227	1.596.284
Contribuição social	(129.296)	(135.023)	(19.166)	(24.733)
Imposto de renda	224.537	(417.718)	(62.826)	(38.724)
Lucro antes da participação minoritária e da reversão dos juros sobre o capital próprio	843.392	1.557.885	972.235	1.532.827
Participação minoritária	(74.871)	(46.902)		
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	768.521	1.510.983	972.235	1.532.827
Reversão dos juros sobre o capital próprio	620.108		460.508	
Lucro líquido do exercício	1.388.629	1.510.983	1.432.743	1.532.827
Lucro líquido por lote de mil ações do capital integralizado no fim do exercício	12,79	13,91	13,19	14,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (da controladora)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e de 1997

(Em milhares de reais)

	Capital realizado		Reservas de capital			Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido	
	Capital subscrito e integralizado	Correção monetária	Subvenções AFRMM	Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Reserva estatutária		Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 1996	13.033.249	339.307	31.626		368.591	521.766	4.262.847	1.278.629	172.557		20.008.572
Recursos provenientes do AFRMM aplicados na ampliação e construção de navios			4.970								4.970
Reversão de reserva de reavaliação de ativo imobilizado em coligada de subsidiária					(54.166)						(54.166)
Realização de reservas					(19.930)		(513.669)			533.599	(54.166)
Retenção de lucros acumulados								152.092		(152.092)	
Lucro líquido do exercício										1.532.827	1.532.827
Apropriações do lucro líquido em reservas						76.642	1.391.019		65.166	(1.532.827)	(381.507)
Dividendos propostos										(381.507)	(381.507)
Em 31 de dezembro de 1997	13.033.249	339.307	36.596		294.495	598.408	5.140.197	1.430.721	237.723		21.110.696
Recursos provenientes do AFRMM aplicados na ampliação e construção de navios e outras adições			5.241	5.976							11.217

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COPIADO

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (da controladora) Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e de 1997 (Em milhares de reais)

EMENDA P/BAIXO

Recursos provenientes do AFRMM aplicados na ampliação e construção de navios e outras adições		5.241	5.976						11.217
Reversão de reserva de reavaliação de ativo imobilizado em coligada de subsidiária				(164.434)					(164.434)
Constituição de reserva de reavaliação em subsidiária				21.674					21.674
Realização de reservas				(10.708)		(1.805.760)		1.816.468	
Retenção de lucros acumulados							1.238.584	(1.238.584)	
Lucro líquido do exercício								1.432.743	1.432.743
Apropriações do lucro líquido em reservas					71.637	1.295.940		65.166	(1.432.743)
Juros sobre o capital próprio (nota 11 c)								(460.508)	(460.508)
Dividendos (nota 11c)								(117.376)	(117.376)
	<u>13.033.249</u>	<u>339.307</u>	<u>41.837</u>	<u>5.976</u>	<u>670.045</u>	<u>4.630.377</u>	<u>2.669.305</u>	<u>302.889</u>	
Em 31 de dezembro de 1998	<u>13.372.556</u>	<u>47.813</u>	<u>141.027</u>		<u>8.272.616</u>				<u>21.834.012</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Demonstração das origens e aplicações de recursos Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e de 1997 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	1998	1997	1998	1997
Origens dos recursos				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	1.388.629	1.510.983	1.432.743	1.532.827
Participação dos minoritários	74.871	46.902		
Resultado de participações em investimentos relevantes	(62.623)	(66.111)	(1.422.187)	(1.435.984)
Dividendos	86.903	79.069	720.134	154.422
Depreciação e amortização	1.879.187	1.616.161	1.449.291	1.446.336
Operações com subsidiárias, controladas e coligadas	(34.571)	5.987	(886.976)	(646.223)
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	48.873	52.191	44.604	46.267
Resultado na alienação de plataformas e navios	(95.312)	10.747		(15.796)
Variações monetárias, cambiais e rendimentos líquidos de créditos e obrigações de longo prazo	434.151	(2.057.795)	543	(588.076)
Impostos e contribuições sociais diferidos líquidos	(329.095)	388.671		
Outras origens das operações sociais	162.508	34.195	101.402	1.446
	<u>3.553.521</u>	<u>1.621.000</u>	<u>1.439.554</u>	<u>495.219</u>
De outras fontes:				
Financiamentos	2.640.491	1.689.674	2.557.191	1.547.654
Redução no saldo das Contas Petróleo e Álcool - STN	2.840.085	1.686.316	2.840.085	1.686.316
Receita na alienação de plataformas e navios	96.696	274.802		19.758
Aumento de outras contas do exigível a longo prazo	20.406	41.883		
Créditos e subvenções para investimentos	11.217	4.970	11.217	4.970
	<u>5.608.895</u>	<u>3.697.645</u>	<u>5.408.493</u>	<u>3.258.698</u>
Total das origens de recursos	<u>9.162.416</u>	<u>5.318.645</u>	<u>6.848.047</u>	<u>3.753.917</u>
Aplicações de recursos				
Investimentos	22.914	13.515	1.924	985
Imobilizado	4.004.193	2.711.311	1.882.360	1.864.027
Diferido	656.158	320.380	571.510	317.189
Investimentos em exploração e produção no exterior	608.041	230.589		
Transferência de financiamentos e fornecedores para o passivo circulante	1.262.163	1.133.502	1.262.163	1.133.502
Aumento do realizável a longo prazo	227.328	535.861	314.736	310.343
Empreendimentos em negociação	846.736		846.736	
Transferência de outras contas do exigível a longo prazo para o passivo circulante	318.424	328.470	318.424	268.093
Dividendos	623.550	395.597	577.884	381.507
Outras aplicações	126.900	23.113		
	<u>8.696.407</u>	<u>5.692.338</u>	<u>5.775.737</u>	<u>4.275.646</u>
Total das aplicações de recursos	<u>8.696.407</u>	<u>5.692.338</u>	<u>5.775.737</u>	<u>4.275.646</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>466.009</u>	<u>(373.693)</u>	<u>1.072.310</u>	<u>(521.729)</u>
Variações do capital circulante				
Ativo circulante				
No início do exercício	6.867.062	6.036.820	5.576.183	5.032.260
No fim do exercício	7.021.663	6.867.062	6.442.923	5.576.183
	<u>154.601</u>	<u>830.242</u>	<u>866.740</u>	<u>543.923</u>
Passivo circulante				
No início do exercício	10.999.824	9.795.889	10.276.638	9.210.986
No fim do exercício	10.688.416	10.999.824	10.071.068	10.276.638
	<u>(311.408)</u>	<u>1.203.935</u>	<u>(205.570)</u>	<u>1.065.652</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>466.009</u>	<u>(373.693)</u>	<u>1.072.310</u>	<u>(521.729)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

frutas legumes, actividades de restauração e similares, importação e exploração, podendo contudo a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia-Geral dedicar-se a outra actividade comercial que não seja proibida por Lei.

Artigo Terceiro

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de 300 000\$00 (trezentos mil escudos) caboverdeanos e corresponde a soma de duas quotas cada uma delas pertencentes a cada um dos sócios distribuídos do seguinte modo:

Pedro José de Sousa Vidal com a quota de 50% do capital no valor de 150 000\$00 (cento e cinquenta mil escudos).

Alexandre Manuel Heiderscheith Moutinho Barbosa com a quota de 50% do capital no valor de 150 000\$00 (cento e cinquenta mil escudos).

Cartório Notarial da Região de 2ª Classe do Sal, aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e oito. — A Conservadora, Notária, Substituto, *Maria Margarida Lopes Monteiro*.

IMPrensa Nacional de Cabo Verde

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 25, Série de 22 de Junho de 1998 o preambulo da escritura da sociedade comercial por quotas denominada Farmácia Santa Isabel, Lda novamente se publica:

Certifico narrativamente para efeito de publicação que a presente fotocópia composta por três folhas, está conforme com o original, extraída da escritura exarada de folhas trinta e seis a trinta e oito verso Pedro Maurício dos Santos, Maria do Rosário Maurício dos Santos, Silvino Graciano Maurício dos Santos e Maria Helena Maurício dos Santos Mendes, constituídas uma sociedade comercial por quotas denominada «FARMÁCIA SANTA ISABEL, Lda».

Direcção da Imprensa Nacional, 2 de Julho de 1998. — A Directora-Geral, *Lígia Maria Lima Pires Ferreira*.

CONTAS E BALANCETES

ENACOL, Empresa Nacional de Combustíveis

Relatório do Conselho de Administração da Referente ao exercício de 1997

Ex.mos Senhores Accionistas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, temos a subida honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório, Balanço e Contas da ENACOL, referentes ao exercício económico de 1997.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano em apreço constitui no plano interno e na vertente institucional um marco histórico importante na vida da ENACOL. Com efeito, no princípio do ano, o ESTADO DE CABO VERDE concluiu a 1ª fase do processo de privatização da ENACOL que vinha decorrendo desde o ano anterior. Como resultado desse processo, dois novos Accionistas passaram a integrar o Capital Social da Empresa: PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PETROGAL, S.A. com 32,5% e SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA-SONANGOL, U.E.E., também com 32,5% do Capital.

Como consequência da entrada dos novos Accionistas, os Órgãos de Gestão, até então em exercício, foram substituídos na primeira Assembleia Geral realizada em Setembro do mesmo ano, por um Conselho de Administração formado por sete Administradores, dos quais três são Executivos. Destes, um representa o ESTADO DE CABO VERDE, outro representa a SONANGOL e outro representa a PETROGAL. A partir de Outubro do ano findo, os novos Accionistas começaram assim, a participar na gestão efectiva da ENACOL.

No plano externo, o contexto em que a ENACOL desenvolveu a sua actividade caracterizou-se por uma ligeira baixa do preço de alguns produtos petrolíferos no Mercado Internacional, enquanto que se assistiu a uma moderada apreciação do dólar americano, moeda em que é feita a maior parte dos nossos aprovisionamentos. Grosso

modo, a baixa verificada nas cotações no Mercado Internacional foi absorvida pela apreciação do dólar, pelo que se pode dizer que o custo dos Aprovisionamentos se manteve estável.

Por outro lado, e como já vem sendo hábito, não houve condições favoráveis ao aumento dos volumes reexportados através das Bancas Marítimas na Baía do Porto Grande, pois como já tem sido dito em relatórios anteriores, os nossos Concorrentes da Região, nomeadamente Dakar e Canárias, continuam a manter vantagens no negócio de Bancas Marítimas relativamente a Cabo Verde, como sejam, a proximidade das Refinarias, economias de escala nos aprovisionamentos em grandes quantidades e alta rotação de stocks. No que diz respeito à Aviação, embora as quantidades vendidas tenham aumentado em relação ao ano anterior, elas continuam a ser reduzidas, pelo facto de não termos conseguido até agora, angariar novos clientes de Aviação.

2. APROVISIONAMENTO

Foram realizadas 18 operações de importação de hidrocarbonetos a granel, totalizando a quantidade de 42.873 toneladas métricas e o valor de 8.377.566 dólares americanos ao preço custo e frete.

Do total importado, 18.700 toneladas métricas foram para o Gasóleo, 8.193 para o Gás Butano, 7.880 para o Fuel Oil e 8.100 para o Jet A1.

As origens dos produtos foram Portugal, Reino Unido, Alemanha, Suíça, França e Senegal e os Fornecedores foram Petrogal, Panoil e Vitól.

Como já é habitual, no âmbito da política conjunta de minimização dos custos de aprovisionamento, o Gás Butano destinou-se às necessidades da ENACOL e da SHELL, enquanto que a Gasolina Súper foi importada pela SHELL, também para as necessidades das duas Empresas.

Em relação ao ano transacto houve um aumento de 7.669 toneladas métricas (21%) em quantidade e um aumento de 1.218.354 dólares (17%) em valor. Este aumento é justificado pelo crescimento do Mercado de Aviação e pelo crescimento do Mercado Interno, no tocante a Gasóleo cativo.

3. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As vendas realizadas no exercício em análise atingiram a quantidade de 33.623 toneladas métricas e o valor de 1.142.043 contos, enquanto que no exercício anterior situaram-se em 28.300 toneladas métricas e 978.634 contos, sem entrar em linha de conta, em qualquer dos anos, com os diferenciais de preços dos combustíveis a receber do Estado.

Globalmente, verificou-se um aumento de 19% em quantidade e de 17% em valor, aumento esse explicado pelo crescimento do Mercado de Aviação e do Mercado Interno, como já referido no número 2 deste Relatório.

A distribuição das vendas pelos Mercados e a sua evolução nos últimos dois anos foram as seguintes:

Mercados	1996		1997		Variação %	
	Quantid. (M/T)	Valor (cts)	Quantid. (M/T)	Valor (cts)	Quantid.	Valor
Mercado Interno	21.844	844.763	25.476	968.423	7	15
Bancas Internacionais	3.883	76.632	3.985	73.184	3	(5)
Aviação Internacional	2.573	57.239	4.162	100.436	62	75
Total	28.300	978.634	33.623	1.142.043	19	17

No que se refere à prestação de serviços, o montante facturado ascendeu a 93.652 contos, contra 92.177 contos no ano anterior, sendo na sua maioria serviços prestados à SHELL, CV na armazenagem e enchimento de Gás Butano nas nossas Instalações da Achada Grande em Santiago.

4. INVESTIMENTOS

Os investimentos levados a cabo no ano findo cifraram-se em 136.795 contos, enquanto que no ano anterior haviam atingido o valor de 47.085 contos. Destinaram-se às seguintes áreas:

ÁREA COMERCIAL	Contos
• Estação de Serviço Porto Novo	1.569
• Grades para Garrafas de Gás e Instalação do Tarrafal	<u>1.242</u>
Total	<u>2.811</u>

ÁREA OPERACIONAL	Contos
• Aquisição Instalações Compropriedade	70.000
• Revestimento Fundos Tanques Jet A1-Sal	23.053
• Equipamentos para Enchimento Gás Butano	15.962
• Edificações Diversas	1.219
• Bombas e Contadores	11.542
• Mangueiras para Descarga de Gás Butano	2.036
• Diversos	<u>1.271</u>
Total	<u>125.083</u>

ÁREA ADMINISTRATIVA	Contos
• Equipamento Informático	1.638
• Mobiliário Diverso	1.226
• Escritório Administração	3.600
• Projecto Ampliação da Sede	
• Aparelhos Ar Condicionado	
• Máquinas de escrever, de Calcular e Faxes	<u>2.437</u>
Total	<u>8.901</u>
Total Geral	<u>136.795</u>

Apesar de ter havido uma política de não investimentos, os que se mostraram indispensáveis foram feitos, designadamente os relacionados com a conservação e melhoria das condições operacionais das instalações.

5. EXERCÍCIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

À semelhança dos anos anteriores, todas as operações realizadas durante o exercício findo foram financiadas por recursos próprios da ENACOL, graças ao desafio da sua tesouraria, o que deriva de um adequado equilíbrio da sua estrutura de capitais e da constante preocupação da gestão em estabilizar e consolidar a situação económica e financeira da Empresa.

Alguns indicadores económicos registaram ligeiras diminuições em relação ao ano passado, como consequência directa da redução dos resultados do exercício e de uma maior incidência fiscal neste exercício. É o caso da Rendibilidade Líquida das Vendas que passou de 7% para 8,3%, a Rendibilidade do Capital Próprio que diminuiu de 10,7% para 7,8% e a Rendibilidade do Activo de Exploração que baixou de 6% para 5,5%. Por sua vez, o Valor Acrescentado Bruto aumentou de 354.948 contos para 405.955 contos, a Produtividade Média Anual subiu de 1.731 contos para 1.990 contos, enquanto que a Remuneração Média Anual passou de 647 contos para 743 contos.

À semelhança dos indicadores económicos, os indicadores financeiros também registaram diminuições. O Fundo de Maneio diminuiu de 889.083 contos para 803.349 (reflexo do aumento dos débitos a curto prazo), a Autonomia Financeira baixou de 82,6% para 63% consequência dos investimentos feitos e dos débitos de curto prazo e a Solvabilidade Total reduziu de 2 para 1,7 (resultado do aumento do Passivo de curto prazo).

No que se refere ao prazo médio de recebimentos, o mesmo manteve-se à volta dos três meses, enquanto que o Prazo Médio de Pagamentos passou de 5 dias para 4 meses, devido às dificuldades da Banca em abrir os créditos no tempo negociado com os fornecedores, o que vem penalizando a Empresa com juros de mora, ao mesmo tempo que não pode fazer aplicações de tesouraria, por desconhecer a data provável em que os créditos serão abertos. Isto faz com que elevadas somas sejam imobilizadas em depósitos à ordem sem qualquer rentabilidade.

Os custos de Exploração aumentaram ligeiramente de 90% para 91% dos Proveitos, relativamente ao ano anterior. As rubricas com maior peso na estrutura de custos são o custo das existências vendidas e consumidas com 60% à semelhança do ano passado, os Fornecimentos e Serviços de Terceiros com 14% (mais 1% que no ano anterior) e as Despesas com o Pessoal que se mantiveram à volta dos 12,5% da estrutura.

Os Resultados Líquidos situaram-se em 102.460 contos contra 128.910 contos no exercício anterior, ao passo que os Resultados Correntes foram de 115.098 contos contra 117.297 contos no exercício anterior.

6. RECURSOS HUMANOS

O número médio de pessoal ao serviço da ENACOL durante o ano de 1997 foi de 186 efectivos e 14 contratados a prazo, tendo sido no ano transacto de 193 efectivos e 12 contratados a prazo.

No que se refere ao movimento, registaram-se 8 saídas dos efectivos (aposentações, despedimento, falecimento e abandono) e 2 entradas como contratados a prazo.

Não se realizaram acções de formação significativas, pelo facto de a Empresa se encontrar num ano de transição no que tange à sua mudança institucional.

A estrutura etária dos trabalhadores durante o ano foi a seguinte:

Escalão Etário (Anos)	%
Até 30	17
31-35	24
36-40	23
41-45	14
46-50	6
51-56	6
56-60	6
61-65	4

As despesas com o pessoal subiram de 132.658 contos para 151.651 contos, como resultado do aumento de vencimentos de 5% concedido aos trabalhadores e também como resultado da entrada para a Gestão da ENACOL dos Administradores representantes dos novos Accionistas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi referido neste Relatório, o exercício findo foi um ano de transição para a ENACOL, tendo ocorrido a sua transformação em Empresa mista, através da sua privatização parcial. Dois novos Accionistas (PETROGAL e SONANGOL) juntaram-se ao ESTADO DE CABO VERDE para conjuntamente e, na qualidade de Parceiros Estratégicos, promoverem o necessário desenvolvimento da ENACOL, tanto a nível nacional como além-fronteiras.

Nesse sentido, elaborou-se o Plano Estratégico que consubstancia as políticas de desenvolvimento da Empresa a curto, médio e longo prazos, estando já a sua implementação em curso.

Com a entrada dos dois Parceiros Estratégicos, auguramos que a ENACOL venha a ser uma Empresa mais forte, mais sólida e mais rentável a bem dos Detentores do seu capital, dos seus Trabalhadores e do País.

Ao terminar, gostaríamos de agradecer aos nossos Clientes, Agentes e Revendedores, pela preferência que, mais uma vez, tiveram pelos nossos produtos e serviços, bem como às Entidades Públicas e Privadas, pela forma como se desenrolaram as nossas relações institucionais e comerciais, ao mesmo tempo que formulamos votos para que no futuro venham a tornar-se cada vez melhores.

Aos nossos Trabalhadores e Colaboradores queremos manifestar o nosso reconhecimento pela contribuição dada ao longo de mais um ano, no esforço conjunto de consolidação e desenvolvimento da nossa Empresa.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face aos investimentos previstos para o ano de 1998 e seguintes, propomos que os Resultados apurados no exercício de 1997 sejam aplicados do seguinte modo:

- 5 % Reserva Legal
- 95 % Reserva para Investimentos

Mindelo, 23 de Abril de 1998. — O Conselho de Administração,
Dr. José Duarte Lupi Fialho - (Presidente), Eng. Humberto André Cardoso Duarte - (Vogal), Eng. João Bento da Silva Neto - (Vogal),
Dr. Mário Alberto dos Reis Rodrigues - (Vogal-Coordenador da Comissão Executiva), Eng. João Luís Matos de Sousa - (Vogal-Membro da Comissão Executiva), Eng. Victor Manuel Lopes da Silva Bettencourt - (Vogal-Membro da Comissão Executiva).

EM 31/12/97

CODIGO DA CONTA	ACTIVO	1997			1998	CODIGO DA CONTA	PASSIVO	1997		1998	
		ACTIVO BRUTO	PROV. E AMORT.	ACTIVO LIQUIDO				1997	1998		
11	Disponibilidades:						Débitos a Curto Prazo:				
12	Caixa	2.855.132,00		2.855.132,00	20.495.363,80	211	Clientes c/c	2.884.824,10		675.638,50	
14	Depósitos a Ordem	452.944.230,50		452.944.230,50	204.920.891,20	22	Fornecedores c/ gerais	287.329.747,40		9.046.634,10	
		455.799.362,50		455.799.362,50	225.416.255,00	237	Emprést. Estado e Out. Entid. Públicas	75.000.000,00		50.000.000,00	
	Créditos a Curto Prazo:					24	Sector Publico Estatal	95.982.114,90		98.927.884,10	
211-218	Clientes c/ gerais	310.938.843,10	47.344.418,40	263.594.424,70	274.570.140,50	25	Socios e Associadas c/ Subscriçao	85.355.000,00		80.900.000,00	
221	Fornecedores c/c	1.983.807,40		1.983.807,40	1.844.793,10	263 e 269	Outros Credores C/ Gerais	98.907.330,80		227.215.704,70	
23	Empréstimos Concedidos	2.952.997,10		2.952.997,10	5.683.234,10	28	Provisões p/Impostos sobre Lucros	20.798.984,00		7.327.928,10	
24	Sector Publico Estatal	200.582.817,00		200.582.817,00	85.313.867,30	29	Provisões p/ Riscos e Encargos	13.933.176,20			
25	Acionistas	892.500,00		892.500,00	30.347.500,00			678.189.157,40		474.093.787,50	
26	Outros Devedores	149.601.129,40	7.049.456,90	142.551.872,60	302.839.870,30	237	Débitos a Médio e Longo Prazo:				
418	Títulos Dividas Públicas	0,00		0,00	100.000.000,00		Emprést. Estado e Out. Entid. Públicas	100.000.000,00		150.000.000,00	
		686.932.094,00	54.393.875,30	612.538.218,70	800.599.405,30			100.000.000,00		150.000.000,00	
32	Existências:										
36	Mercadorias	355.139.379,00	45.911.188,80	309.228.190,20	248.387.690,70	27	Provetos Antecipados				
37	Matérias Primas Sub.e de Consumo	79.555.059,60		79.555.059,60	69.037.014,20		Receitas Antecipadas	0,00		37.288,50	
	Embalagens Comerciais Retornaveis	24.417.448,50		24.417.448,50	21.738.004,20			0,00		37.288,50	
		459.111.887,10	45.911.188,80	413.200.698,30	337.160.709,10						
	Créditos a Médio e Longo Prazo:										
23	Empréstimos Concedidos	0,00		0,00	9.561.618,80		Total do Passivo	778.189.157,40		624.131.076,00	
		0,00		0,00	9.561.618,80		SITUAÇÃO LIQUIDA				
	Imobilizações Financeiras:					52	Capital e Prestações Suplementares:				
411	Participação Capital e Associadas	95.400.000,00		95.400.000,00	95.400.000,00		Capital Estatutario	500.000.000,00		500.000.000,00	
		95.400.000,00		95.400.000,00	95.400.000,00	52	Reservas:	500.000.000,00		500.000.000,00	
421	Imobilizações Corporas:					551	Reserva Geral	8.900.619,20		8.900.619,20	
422	Terrenos e Recursos Naturais	10.410.833,10		10.410.833,10	10.410.833,10	552	Reserva para Investimentos	68.000.000,00		38.000.000,00	
423	Edifícios e Outras Construções	208.360.713,50	74.519.136,40	133.861.577,10	137.768.334,00	553	Reserva para Fina Sociais	0,00		12.151.591,80	
424	Equip. Basicos out. Maq. e Instal.	764.748.122,70	486.590.964,60	268.157.158,10	179.391.475,10	554	Reserva para Remun. Capitais Investidos	11.000.000,00		0,00	
425	Ferramentas e Utensilios	2.088.074,90	1.805.014,90	283.060,00	320.898,00	558	Reserva Legal	7.000.000,00		0,00	
426	Material de Carga e Transporte	119.421.388,10	93.665.328,60	25.756.059,50	29.347.503,30		Reservas Livres	624.847.829,50		624.847.829,50	
427	Equip. Adm. Soc. e Mobit. Diversos	46.145.471,40	37.478.808,20	8.666.663,20	8.068.550,10			717.748.448,70		681.900.040,50	
428	Taxas e vasilhames	199.352.754,50	172.989.063,30	26.363.691,20	35.138.840,80						
429	Outras Imobilizações Corporas	1.607.833,60	1.165.712,50	441.921,10	340.405,40	59	Resultados Transfidos:				
		1.342.154.991,80	868.214.028,50	473.940.963,30	400.784.839,80		Resultados Transfidos	(20.303.909,90)		(20.303.909,90)	
	Imobilizações Incorporas							(20.303.909,90)		(20.303.909,90)	
433	Gastos de Instalação e Expansão	799.985,60	266.635,20	533.350,30	0,00	88	Resultados Líquidos:				
441 e 447	Imobilizações em Curso:						Resultados correntes do exercicio	115.097.997,70		117.297.378,90	
	Obras em Curso	19.931.473,20		19.931.473,20	25.112.961,10		Resultados extraordinarios do exerc.	(3.877.784,20)		25.799.784,40	
27	Custos antecipados	2.272.343,40		2.272.343,40	11.942.108,00		Resultados de exercicios anteriores	12.036.861,60		(6.859.166,50)	
472	Despesas Antecipadas	4.477.397,50		4.477.397,50	8.659.582,20		Resultados Antes dos Impostos	123.267.075,00		136.237.998,80	
	Outros Custos Plurienais	4.477.397,50		4.477.397,50	8.659.582,20		Provisões p/Impostos sobre Lucros	(20.798.984,00)		(7.327.928,10)	
		6.749.740,90		6.749.740,90	20.801.688,20		Resultados Depois dos Impostos	102.468.111,00		128.910.070,70	
	Total das Provisões		100.305.064,10				Total da Situação Líquida	1.299.904.649,80		1.290.506.201,30	
	Total das Amortiz. e Reintegrações		868.214.028,50								
	TOTAL DO ACTIVO	3.046.879.535,00	988.785.727,80	2.078.093.807,20	1.914.637.277,30		TOTAL DO PASSIVO E DA SIT. LIQUIDA	2.078.093.807,20		1.914.637.277,30	

/ALICE SILVA MONTEIRO/

/LUIZA CHANTRE/

ENACOL S.A.R.L

A COMISSAO EXECUTIVA

VISTO

MAPA DE ORIGEM E APLICACAO DE FUNDOS

31/12/97

ORIGEM DOS FUNDOS			APLICACAO DOS FUNDOS		
Internas:			Distribuições:		
Resultados Líquidos	102,460		Por Aplicação de Resultados	73,910	
Variacão Amortiz. Reint. Acumuladas	72,711		Por Aplicação de Reservas		
Variacão das Provisões	71,754	246,925	Reserva p/ Fins Sociais	19,270	93,180
Externas:					
Aumento da Situação Líquida			Aumento Debitos M/Longo Prazo		
Reserva p/ Fins Sociais	118	118	Empréstimos Estado O. Ent. Públicas	50,000	50,000
Redução Créditos M/Longo Prazo					
Empréstimos Concedidos	9,562	9,562	Investimentos:		
			Trabalhos da Empresa p/Ela Própria		
			Obras em Curso	172	172
Desinvestimentos:			Aquisição de Imobilizações:		
Cessão Imobilizações			Edifícios e Outras Construções	28	
Imobilizações em Curso	232	232	Equip. Bas. Out. Maq. Instalações	70496	
			Ferramentas e Utensílios	83	
			Material de Carga e Transporte	3,600	
			Equip. Adm. Soc. Mob. Diversos	4,915	
			Obras em Curso	57,465	
			Custos Pluriénais	509	
					137,096
Redução dos Fundos Circulantes		23,611			
TOTAL		280,448	TOTAL		280,448

A DIRECTORA FINANCEIRA

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

/ALICE SILVA MONTEIRO/

/LUIZA CHANTRE/

SFEAC

VISTO
A COMISSAO EXECUTIVA

VARIACAO DOS ELEMENTOS DOS FUNDOS CIRCULANTES

EM 31/12/97

ACTIVAS			PASSIVAS		
Aumento das Existencias			Reducao Creditos a Curto Prazo:		
Mercadorias	71,289,387.30		Emprestimos Concedidos	2,730,237.00	
Embalagens Comerciais Retornaveis	10,518,045.40		Accionistas	29,455,000.00	
Materias Primas e Subsidiarias	2,681,444.30		Outros Devedores	160,288,197.80	
		84,488,877.00	Titulos Divida Publica	100,000,000.00	
Aumento de Creditos a Curto Prazo:					292,473,434.80
Clientes	24,927,646.70		Aumento Debitos a Curto Prazo:		
Fornecedores	119,014.30		Clientes	2,209,185.60	
Sector Publico Estatal	115,268,949.70		Fornecedores	278,283,113.30	
		140,315,610.70	Emp. Estado e Out. Entid. Publicas	25,000,000.00	
			Socios e Associadas c/ Subscricao	4,455,000.00	
					309,947,298.90
Reducao de Debltos a Curto Prazo			Reducao das Disponibilidade:		
Sector Publico Estatal	2,945,769.20		Caixa	17,640,231.80	
Outros credores	130,308,373.90				17,640,231.80
		133,254,143.10			
Aumento das Disponibilidade:					
Deposito a Ordem	248,023,339.30	248,023,339.30			
Variacao C. e Prov. Ant.					
Receitas Antecipadas		37,288.50			
Despesas antecipadas		(9,669,762.60)			
Reducao dos fundos circulantes		23,611,469.50			
TOTAL		620,060,965.50	TOTAL		620,060,965.50

A DIRECTORA FINANCEIRA

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

/ALICE SILVA MONTEIRO/

/LUIA CHANTRE/